

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE JORNALISMO**

ENZO VARINI TRES

**PATRÍCIA CAMPOS MELLO E O FURO: A MISOGINIA CONTRA AS
JORNALISTAS BRASILEIRAS**

CUIABÁ

2023

ENZO VARINI TRES

**PATRÍCIA CAMPOS MELLO E O FURO: A MISOGINIA CONTRA O
JORNALISMO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Nealla Valentim
Machado

CUIABÁ

2023



FICHA DE AVALIAÇÃO DE TCC – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Trabalho: Patricia Campo Nello e Otton: A misoginia contra os jornalistas brasileiros

Aluno: Enzo Varini Tres

Data da Apresentação: 06 / 06 / 2023

10
PARTE ESCRITA

Conteúdo (objeto do estudo, metodologia, desenvolvimento teórico-analítico, conclusão); Estilo e forma (redação clara, linguagem precisa, ideias lógicas, continuidade); Referências bibliográficas e Anexos.

10
APRESENTAÇÃO

Consistência do conteúdo da exposição e da arguição, postura, gesticulação, linguagem, utilização de recursos didáticos e audiovisuais.

NOTA FINAL

Recomendamos considerar um peso maior para a parte escrita (pelo menos 60% da nota), uma vez que a apresentação, embora importante e pelo curto tempo a ela destinado, nem sempre exprime a profundidade apresentada na parte escrita.

Nota Final 10 (Dez)
Valor numérico Valor da nota expresso por extenso

BANCA AVALIADORA

- Professor(a) Orientador(a)

Nome: Nealla Valentin Machado

Assinatura: [Assinatura]

- Banca – Membro 1

Nome: THIAGO CURY LUIZ

Assinatura: [Assinatura]

- Banca – Membro 2

Nome: Bruno Baracho de Araújo

Assinatura: [Assinatura]

AUTOR(ES)

- Autor(a) 1

Nome: Enzo Varini Tres

Assinatura: [Assinatura]

- Autor(a) 2

Nome: _____

Assinatura: _____

- Autor(a) 3

Nome: _____

Assinatura: _____

COORDENAÇÃO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof. Thiago Cury Luiz

Coordenador de Ensino de Graduação em Jornalismo
Universidade Federal de Mato Grosso - Campus Cuiabá

Carimbo e Assinatura

AGRADECIMENTOS

Vista as condições perigosas de trabalho as quais os jornalistas são submetidos cotidianamente, arriscando a própria paz em busca das informações, fazer jornalismo também é missão. Quando os riscos do trabalho são atribuídos a uma sociedade historicamente machista e violenta, ser uma repórter mulher é ainda mais desafiador.

Agradeço, então, primeiramente à Patrícia Campos Mello que com bravura e persistência continuou fazendo seu trabalho apesar das retaliações, mostrando que a liberdade de imprensa também representa o nosso direito de liberdade individual.

Também agradeço as demais jornalistas brasileiras que perseveraram nas apurações mesmo estando sob ataques: Thais Oyama, Miriam Leitão, Constança Rezende, Marina Dias, Talita Fernandes e tantas outras profissionais que, apenas por serem mulheres, foram ofendidas e condenadas a carregarem lembranças doloridas.

Faço aqui um agradecimento carinhoso à minha orientadora Nealla Machado que acreditou em mim e, até quando eu achava que não conseguiria, me incentivou a escrever.

E um agradecimento especial aos meus pais, Erasmo Tres e Andreia Tres, que desde o ventre me ensinaram a sonhar.

Também dedico este trabalho à memória de minha amiga Micaelly Ignatz que faleceu durante a pandemia de covid-19. Lembrar da gentileza dela e pensar sobre o quanto feliz estaríamos por concluirmos o curso juntos me faz ter certeza de que essa é a melhor forma que tenho de homenageá-la.

O maior agradecimento de todos, no entanto, é para o meu irmão Jonathan Tres que mesmo já não estando mais conosco deixou lembranças que me motivam infinitamente. Além de um irmão incrível, ele era um excelente acadêmico e futuro brilhante professor universitário.

Este trabalho é a todos os jornalistas que, mesmo com medo, encaram a realidade.

RESUMO

A violência digital contra jornalistas mulheres tem se tornado uma arma estratégica de intimidação da imprensa e de seus profissionais. A hostilidade desse cenário impõe dificuldades ao exercício do jornalismo e ao pleno funcionamento da democracia brasileira. Esse impasse atua como um ferimento do direito dos cidadãos de se informarem garantido na Constituição Federal, fazendo com que a temática de violência contra jornalistas mulheres alcance questões além da violência de gênero histórica. Este trabalho, então, analisa os relatos de ataques contra a repórter Patrícia Campos Mello que foram descritos pela própria autora na obra “A Máquina do Ódio” (2020) a fim de compor um objeto de estudo que delineie o funcionamento da violência contra jornalistas mulheres, sendo a maioria das agressões realizadas através das redes sociais. A análise foi dividida em duas partes, sendo a primeira uma análise individual da descrição de cada ataque e a segunda uma conclusão geral acerca dos resultados obtidos e uma análise crítica sobre o discurso da jornalista. O objetivo deste trabalho é que ele funcione como mais um elemento reflexivo acerca da violência contra jornalistas mulheres e sobre como a violência de gênero pode ser usada como recurso de opressão das profissionais e de descredibilização da imprensa, além de representar um risco à democracia ao ferir o direito constitucional que cada cidadão tem de se informar, fazendo com que a violência contra jornalistas seja uma problemática que se desdobra sobre várias outras questões. Ademais, esse trabalho conclui que as redes sociais funcionam como aliadas das agressões e reconhece a necessidade de uma legislação que vise diminuir a violência contra jornalistas brasileiras e da formação de uma rede de apoio para amparar essas profissionais durante o pós-trauma.

Palavras-chave: violência contra mulheres jornalistas; violência digital; violência de gênero; desinformação ; Patrícia Campos Mello

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. CAPÍTULO: VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO JORNALISMO, UMA REFLEXÃO HISTÓRICA.....	11
2.1 A GRANDE ARMA DIGITAL E ESTRATÉGICA: AS FAKE NEWS.....	19
3. CAPÍTULO: JORNALISMO E SUBJETIVIDADE - CONCEITUAÇÕES.....	25
3.2 - SUBJETIVIDADE E ÉTICA JORNALÍSTICA	29
3.3 DEMOCRACIA E JORNALISMO.....	32
4. CAPÍTULO: METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ANÁLISE.....	38
4.1 - O RECORTE DE PATRÍCIA CAMPOS MELLO	40
5. CAPÍTULO: ANÁLISE DOS ATAQUES SOFRIDOS POR PATRÍCIA CAMPOS MELLO E RELATADOS EM “A MÁQUINA DO ÓDIO”	47
5.1 – ANÁLISES INDIVIDUAIS.....	50
5.2 – ANÁLISE GERAL E CONCLUSÕES	62
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

1. INTRODUÇÃO

Patrícia Campos Mello, atualmente, é repórter especial e colunista do jornal Folha de São Paulo, além de ser comentarista na TV Cultura. Formada em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em *Business and Economic Reporting* pela NYU (*New York University*), ela cobre economia global, direitos humanos e relações internacionais.

É ganhadora do prêmio “Rei de Espanha”, concedido em 2018, por sua reportagem “Um mundo sem muros”. Também foi vencedora, em 2020, do prêmio “Maria Moors Cabot”, fundado em 1938 e até hoje oferecido pela “Universidade de Columbia”. Ambos os prêmios reconhecem jornalistas cujos são excepcionais e contribuem para o conhecimento das américas. Além de jornalista premiada, Patrícia também é autora dos livros “Lua de Mel em Kobane” (2017) e “A Máquina do Ódio” (2020), sendo esse último o objeto de análise deste TCC.

Patrícia Campos Mello, em 2020, foi alvo de massivas agressões digitais após publicar no jornal Folha de São Paulo, em outubro de 2018, a reportagem “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp”¹, na qual revelou como a campanha do candidato Jair Bolsonaro se beneficiou ilegalmente de um esquema de mensagens financiado por empresas. Ela recebeu entorno de 220.000 ataques em forma de mensagens oriundas de aproximadamente 50.000 contas do WhatsApp (Fenaj, 2018, p.33). O relatório da *One Free Press Coalition*, de março de 2020, colocou o caso dela em terceiro lugar na lista dos dez casos mais urgentes do mundo de ameaças a jornalistas.

A violência contra jornalistas é uma problemática brasileira atual e perigosa principalmente às mulheres. Em 2018, ano eleitoral, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) registrou 156 casos de violência contra jornalistas. A hostilidade aumentou com o tempo, pois em 2022 o número de casos aumentou para 504. Vale ressaltar que esse número maior foi quantificado antes do ano encerrar.

A Abraji (2022) constatou que, nos primeiros sete meses de 2022, o número de agressões contra profissionais da imprensa brasileira cresceu em relação ao ano anterior.

¹ Acesso em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>.

Em números, os primeiros sete meses de 2021 tinham contabilizado 39 agressões, enquanto os primeiros sete meses de 2022 contabilizaram 66. Ainda conforme a instituição, em novembro do mesmo ano, houve 72 registros de ataques contra a liberdade de expressão. Desses ataques, 36 foram direcionados a meios de comunicação, 20 a profissionais mulheres e 16 a profissionais homens, permitindo a conclusão de que mulheres são alvos preferenciais.

O Relatório da Violência de Gênero contra jornalistas mulheres, também produzido pela Abraji (2021), registrou 119 ataques contra essas profissionais e, desse total, 45 ataques foram classificados como violência de gênero. Os ataques classificados como violência de gênero foram divididos da seguinte maneira:

- Quantidade total de ataques de gênero: 45.
 - a) Quantidade de ataques à reputação e à moral da mulher: 32.
 - b) Quantidade de ataques homofóbicos: 08.
 - c) Quantidade de ataques online motivados por cobertura relacionada a gênero: 02.
 - d) Quantidade de ataques de violência física contra a mulher: 02.
 - e) Quantidade de ataques transfóbicos: 01.

Do total de 119 ataques contra jornalistas mulheres, 38% deles foram classificados como ataques de gênero. A Abraji (2020) analisou também 732 *tweets* que continham agressões explicitamente relacionadas a gênero que ofendiam aparência, sexualidade, orientação sexual e traços estereotipados de personalidade e constatou que 94,2% deles eram destinados às mulheres. Desse total, apenas 5,8% dos atacados eram homens. A hostilidade enfrentada por mulheres jornalistas, principalmente em países que enfrentam crescimento na violência contra profissionais da imprensa, mostra que é necessário o Governo Federal pensar estratégias de proteção à dignidade e à integridade física das jornalistas. Além disso, também é importante pensar sobre ferramentas para diminuir danos causados às vidas das profissionais que já enfrentaram esses ataques, haja vista que muitas delas têm a saúde mental, a vida social e a produtividade no trabalho prejudicadas após as agressões.

Os ataques à Patrícia Campos Mello representam a violência de gênero como tentativa de opressão (CHAUÍ, 1984) das jornalistas mulheres. Essas agressões foram, em sua maioria, feitas digitalmente, pois o ambiente digital facilita o acesso aos

profissionais e torna os ataques menos custosos (WAISBORD, 2020). A partir disso, surgem estratégias como *doxing*, *cyberstalking* (ABRAJI, 2020, pp. 5-6) e *gendertrolling* (MANTILLA, 2015) que pretendem ofender, desacreditar e, por fim, silenciar as profissionais da imprensa.

Quando a violência de gênero é associada aos ataques à imprensa, duas problemáticas atuam unificadas e potencializam questões que, para serem solucionadas, exigem transformações sociais, econômicas, políticas e judiciárias (ABRAJI, 2021). Essa união é prejudicial à sociedade, pois qualquer ato que inviabilize parcial ou totalmente o exercício da atividade jornalística fere direitos comunitários, haja vista que o jornalismo garante que os cidadãos vigiem o poder público e que exerçam seu direito de acesso à informação (BRONOSKI, RIOS, 2019).

Os ataques direcionados a jornalistas mulheres ofendem o profissionalismo, desrespeitam a privacidade e atuam com certa particularidade, pois as agressões destinadas a repórteres mulheres são mais pessoais, sendo mais violentas, sexualizadas e, geralmente, ameaçando fisicamente a repórter e a família dela (POSETTI, 2019).

A violência sofrida por Patrícia Campos Mello, entretanto, tem mais um diferencial. Em outubro de 2018, o presidente eleito Jair Messias Bolsonaro também proferiu ofensas misóginas contra ela. Posteriormente, em março de 2021, ele foi condenado a indenizar a jornalista por uma ofensa de cunho sexual. A grande problemática da questão, entretanto, reside na normalização da ofensa que, ao ser proferida pela autoridade máxima do Brasil, legitimava ataques sexistas contra mulheres (MELLO, 2020), representando então uma hostilização ao trabalho de todas as jornalistas brasileiras.

Este trabalho será uma ferramenta de análise das agressões feitas contra Patrícia Campos Mello e relatadas por ela na obra “A Máquina do Ódio” (2020), especificamente no capítulo 02 denominado “Assassinato de reputações, uma nova forma de censura” tendo como objetivo principal analisar os relatos de ataque que a autora sofreu e de que maneira a misoginia é usada para tentar silenciar jornalistas mulheres e desacreditar a imprensa.

O primeiro capítulo deste trabalho utilizará diversos autores, dentre eles Marilena Chauí (1984), Marcia Veiga (2001) e Heleieth Saffioti (2004), para fazer ponderações acerca da relação entre a história brasileira e a violência de gênero, além de

esclarecer como ocorrem as relações de poder existentes entre os gêneros e as consequências práticas disso. Os conteúdos apresentados neste capítulo servirão como base para promover nos capítulos posteriores uma discussão a respeito de como as questões de gênero se manifestam no jornalismo, estando presente na hierarquia das próprias redações e na relação entre as jornalistas e a comunidade. Além disso, citaremos autores como Baldacci, Buono e Grass (2017), Nyhan e Reifler (2018) e Recuero e Gruzd (2019) para discutir os impactos das *fake news*, haja vista que a chegada da pós-verdade trouxe dificuldades à imprensa como violência contra profissionais, tentativas de descredibilização e banalização do rigor das apurações jornalísticas.

Já no capítulo dois os conceitos de subjetividade e jornalismo serão abordados. Para a discussão, autores como Robert Park (2008), Adelmo Genro Filho (1987) e Gomes e Dourado (2019) serão abordados para a realizar a conceituação do que é jornalismo e a influência desse ofício sobre a sociedade. Após essa delimitação conceitual, a análise do livro “A Máquina do Ódio” (2020) torna-se mais relevante. A subjetividade jornalística – questão de constante debate entre acadêmicos – também será abordada a fim de elucidar de que maneiras as redações expressam as relações de poder historicamente estabelecidas, sendo também o jornalismo uma ferramenta de manutenção dos antigos padrões relacionados a gênero. Questões éticas pertinentes à atualidade do jornalismo serão abordadas para aprofundar a discussão ao mencionarmos autores como Christofolletti, 2011), Berti e Carvalho (2019) e Gordinho e Fernandes (2019) a fim de delimitarmos mais precisamente como a subjetividade jornalística se baseia nas questões de gênero e até que ponto ela influencia as relações pessoais e profissionais das jornalistas. Para esse debate também é indispensável envolver questões a respeito da democracia, haja vista que a opressão de um gênero sobre o outro pode atuar como ferramentas de silenciamento das profissionais. Ao prejudicar, então, o funcionamento pleno do jornalismo a democracia é ferida com o desrespeito ao direito constitucional que cada cidadão tem de se informar e, para elucidar esse contexto, os trabalhos de autores como Luiz Grandinetti (1999), Castells (2018) e Carvalho e Berti (2019) serão citados.

O capítulo três, então, especifica o objeto de estudo e realiza uma explicação acerca da metodologia que será utilizada para a realização da análise das agressões relatadas por Patrícia Campos Mello no capítulo “Assassinato de reputações, uma nova

forma de censura” do livro “A Máquina do Ódio” (2020) e uma apresentação das razões que motivaram a escolha desse recorte temático. Cabe o destaque de que o método deste trabalho usa como modelo a monografia de Giovana Braga Kebian (2022) intitulada “Ela queria dar o furo: a violência digital contra jornalistas mulheres como estratégia de desinformação” devido a afinidade temática e metodológica entre os trabalhos. Para viabilizar a análise, o método de estudo de caso de Yin (2001) será utilizado juntamente ao de análise de conteúdo proposto por Laurence Bardin (2007) a fim de promover simultaneamente uma análise sistemática e crítica, permitindo uma posterior inferência de sentidos acerca dos resultados obtidos pós-análise. Neste capítulo também serão esclarecidas as limitações – sobretudo as quantitativas – deste trabalho, pois o objeto de estudo trata-se de relatos selecionados por Patrícia Campos Mello, ou seja, a quantidade de ataques, bem como a seleção deles, foi realizada pela autora.

Por fim, o capítulo quatro realiza a análise em duas etapas, sendo a primeira uma análise individual de cada ataque relatado no capítulo dois do livro. A segunda etapa faz conclusões gerais acerca das informações obtidas na primeira etapa e pareceres críticos acerca do discurso de Patrícia Campos. Além da análise, este trecho do trabalho esclarece que muitos dos perfis que atacaram a autora nas redes sociais podem ser contas *fakes* ou robôs automatizados (bots) programados para ofendê-la. Ademais, o capítulo quatro conclui que a violência contra jornalistas mulheres é uma problemática relevante e emergencial em diversos países cujos governos apresentam características fascistas e que o debate acadêmico a respeito dessa temática é importante para conhecer de que maneiras a hostilidade contra profissionais da imprensa ocorre.

Este trabalho reconhece a importância e a emergência temática, uma vez que a violência contra jornalistas mulheres representa risco à integridade física e moral dessas profissionais, ao passo que a desinformação passa a ser utilizada como ferramenta de intimidação e ataque por grupos extremistas. Além disso, também se situa nesse contexto o ferimento do direito constitucional de se informar garantido aos brasileiros, haja vista que, ao atacar e desacreditar a imprensa e seus profissionais, também se fere a liberdade informacional dos cidadãos.

2. CAPÍTULO: VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO JORNALISMO, UMA REFLEXÃO HISTÓRICA

Antes de analisar o caso relatado por Patrícia Campos Mello em “A Máquina do Ódio” (2020), é essencial fazer uma abordagem conceitual sobre violência de gênero, haja vista que a violência contra jornalistas mulheres se consolida sobre um padrão histórico de opressão. A violência sofrida por Patrícia Campos Mello, na verdade, é um dos milhares de exemplos existentes da opressão histórica que se estabeleceu de um gênero sobre o outro e, para compreendê-la, este capítulo citará diversos estudiosos da área que analisaram como a violência de gênero se consolidou com o passar dos anos e como ela funciona objetivando o silenciamento das mulheres.

Partimos do conceito de Chauí (1984), que considera violenta a ação que não trata o ser humano como sujeito, mas sim como uma coisa caracterizada pela passividade e por vontades suprimidas e sujeitadas aos desejos de outrem. Segundo a autora, a anulação da liberdade passa despercebida frente às vontades do dominante, resultando na possibilidade de silêncio. Saffioti (2004), entretanto, se opõe à coisificação das mulheres ao afirmar que, embora vítimas, elas não são passivas, pois se colocam como sujeitos tanto na forma com a qual vivenciam a violência – seja revidando, xingando, debochando, não reagindo etc – quanto no discurso que constroem sobre o caso. Para este trabalho, então, ambos os conceitos serão utilizados. O conceito de Chauí (1984) será utilizado ao observar a violência de gênero como ferramenta para silenciar jornalistas mulheres, enquanto o de Saffioti (2004) para analisar o discurso dos relatos de Patrícia Campos Mello sobre os ataques digitais sofridos.

Ademais, Heleieth Saffioti (2001) contribui para o trabalho ao enxergar a misoginia como um reflexo do patriarcado histórico que construiu um sistema de dominação-exploração no qual no qual homens determinam a conduta social. Como a figura masculina historicamente influencia todas as relações sociais, essa relação de poder manifesta uma hierarquização de estruturas que, por fim, torna-se senso comum (SAFFIOTI, 2004).

Como recurso de manutenção da hierarquia da estrutura de poder, Saffioti (2004) destaca como os interesses particulares, ao serem agrupados, descrevem a formação de um ser genérico, o qual, por sua vez, inviabiliza a existência de um interesse comum na sociedade que é atravessada pelos eixos do gênero. Dessa maneira,

entende-se que homens com interesses comuns se unem para defendê-lo e, caso necessário, utilizam a opressão histórica das relações de gênero para validarem ideais.

A violência, quando empregada contra o jornalismo, e mais especificamente, contra as jornalistas mulheres, tem potencial estratégico e objetivos que, conforme a Abraji (2022), pretendem atacar a credibilidade do jornalismo profissional e de desviar a atenção do conteúdo da notícia, pois, ao invés de discutir os fatos, pretende-se discutir a legitimidade e autoridade da jornalista. Embora a violência contra profissionais da imprensa ocorra com ambos os gêneros, a violência destinada às jornalistas mulheres é ainda mais agressiva e intimidadora, dada a misoginia enraizada historicamente na sociedade e que influencia o discurso desses ataques – as especificidades da violência contra jornalistas mulheres e os motivos pelos quais a agressividade é maior serão discutidos mais a frente neste trabalho.

Os agressores buscam o silenciamento da imprensa e de seus profissionais mediante abusos psicológicos, estruturais, simbólicos e de até mesmo agressões físicas (BRAMBILA; HUGHES, 2019). Dessa maneira, a hostilidade empregada contra jornalistas atua sobretudo como ferramenta de dismantelo do ofício quando esse se opõe aos princípios de um grupo que, posteriormente, se organiza para tentar desacreditar as apurações. Conforme Patrícia Campos Mello (2020, p. 180):

Esse conflito permanente com a imprensa tem um propósito: blindar os governantes contra críticas, minando a confiança na mídia profissional. Dada uma rasteira na credibilidade da mídia, é fácil convencer as pessoas de que uma reportagem de denúncia de corrupção, por exemplo, não passa de um ataque da imprensa oposicionista.

A misoginia vai além do constrangimento de jornalistas mulheres. Desse enredo surge outra problemática preocupante que é o ferimento do direito de acesso à informação, que é essencial à toda democracia. O jornalismo, por sua vez, é um recurso que garante aos cidadãos a capacidade de exercerem o direito de acessar e checar informações (BRONOSKI, RIOS, 2019). Assim sendo, qualquer ato que inviabilize parcial ou totalmente a atividade jornalística fere direitos comunitários e revela potencial ameaçador ao estado democrático de direito. Conforme Mello (2020), o jornalista é essencial como “cão de guarda” ao investigar e fiscalizar o poder público, reportando notícias negativas e positivas.

O caso da jornalista Vera Magalhães, de agosto de 2022, é exemplo de como o jornalismo crítico e investigativo desagrade fortemente alguns políticos e de como a reação da extrema-direita a esse tipo de jornalismo vem carregado de forte violência simbólica alicerçada na misoginia. Ela foi ofendida pelo então presidente Jair Bolsonaro e candidato à reeleição ao perguntá-lo, durante um debate presidencial ao vivo da Band TV, se a queda da cobertura vacinal poderia ter sido causada pela desinformação por ele difundida. Reativamente, Bolsonaro a respondeu: “Vera, não podia esperar outra coisa de você. Acho que você dorme pensando em mim. Você tem alguma paixão por mim. Você não pode tomar partido num debate como esse, fazer acusações mentirosas a meu respeito. Você é uma vergonha para o jornalismo, mas tudo bem”². Nesse momento, Jair deixou claro que, na opinião dele, fazer um jornalismo digno e que não cause vergonha ao país significa concordar constantemente com o governo, excluindo o poder de questionar e investigar.

Ao analisar o ocorrido, é possível notar que a aversão de Bolsonaro não é apenas contra o dever jornalístico de criticar e apurar, mas também ao fato de que foi questionado por uma mulher. Em suas falas, o então presidente apresentou características típicas da política misógina ao reduzir a criticidade, a apuração e o questionamento de Vera Magalhães a uma “paixão” por ele. Nessa investida, Bolsonaro ignorou o profissionalismo da repórter e associou o trabalho dela a um sentimento feminino frustrado, uma paixão que não teria “dado certo”, atribuindo à Vera o título de “vergonha para o jornalismo”. Silva, Fontes e Marques (2021) classificam essa postura como típica da agressão contra mulheres jornalistas, pois a maioria dos ataques visa denigrar aspectos da vida pessoal dessas profissionais.

Importante destacar que os ataques sofridos por jornalistas não ocorrem na mesma proporção e não são feitos pelos mesmos agentes. Ao analisarmos a violência especificamente de gênero contra jornalistas mulheres, constatamos muito mais violência, sexualização e, geralmente, ameaças físicas à repórter e a família dela (POSETTI, 2019). No jornal Folha de S. Paulo, uma das reportagens sobre o uso de notícias falsas no WhatsApp pela campanha de Jair Bolsonaro também foi produzida e assinada por um homem, mas a massividade dos ataques foi esmagadoramente maior

²Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/08/5032711-bolsonaro-ataca-vera-magalhaes-vergonha-para-o-jornalismo.html>.

contra Patrícia Campos Mello, como expõe o relatório da *One Free Press Coalition*³, de março de 2020 que colocou o caso dela em terceiro lugar na lista dos dez casos mais urgentes do mundo de ameaças a jornalistas.

A mídia e o jornalismo também são constituídos por gênero e produzem relações de poder (VEIGA, 2010) que influenciam as relações hierárquicas das redações. Nesse contexto, a usual objetividade jornalística representa valores ideológicos que influenciam as estruturas de um jornal, haja vista que ela é construída a partir dos princípios sociais e hegemônicos que surgem durante a leitura que os jornalistas fazem da realidade, sendo essa leitura atravessada de valores e ideologias que são, muitas vezes, construídos a partir de uma epistemologia racista, sexista e classista (VEIGA, 2010). Conforme Saffioti (2004), a figura masculina influenciou historicamente todas as relações sociais, manifestando uma hierarquia estrutural que, com o tempo, se tornou senso comum. As estruturas existentes no jornalismo não fogem desse padrão, pois os valores notícia são determinados com base em valores históricos que sempre foram influenciados por ideologias masculinas. Saffioti (2004) reforça essa ideia ao afirmar que os processos de subjetivação e objetivação estão constantemente sujeitos às contradições de gênero existentes na sociedade.

A violência contra jornalistas mulheres é muito diferente daquela destinada aos homens. Chen *et al.* (2018) define uma das especificidades da violência de gênero no jornalismo como foco em “atributos sexuais” e a violação de padrões sociais de comportamento. Essas agressões refletem sobre vida profissional dessas mulheres como autocensura (POSETTI *et al.*, 2021), alterações no envolvimento com o público (STAHEL; SCHOEN, 2019); recusa em participar de certas pautas e coberturas devido ao medo de agressões (CARLSON; WITT, 2020; RAO; RODNY- GUMEDE, 2020); e deterioração da saúde mental. Conforme Silva, Fontes e Marques (2021), também não são incomuns menções à aparência, idade e vida sexual, além do uso de fotos pessoais como material difamatório. Koirala (2020), afirma que, nos ataques, o uso do assédio/violência sexual é considerado um meio legítimo para reafirmar as posições públicas e privadas de masculinidade hegemônica.

Conforme Silva, Fontes e Marques (2021), além dos riscos implicados ao exercício da profissão, as agressões às jornalistas mulheres reflete de diversas formas na

³ Disponível em: <https://www.onefreepresscoalition.com/list/march-2020>.

vida pessoal, fazendo com que elas precisem mudar de hábitos para protegerem a si mesmas e a seus familiares. A pesquisa “Mulheres jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: Como as relações de gênero interferem na produção jornalística?”, dos mesmos autores, entrevistou anonimamente 31 jornalistas mulheres que foram hostilizadas na atividade profissional. Uma das profissionais entrevistadas relatou que, após os ataques, desistiu de usar aplicativos de relacionamento, pois tinha medo de que algum agressor se aproximasse dela pela rede. Nos relatos coletados por Silva, Fontes e Marques (2021, p.15) outra profissional compartilhou que, por não ter recebido apoio dos colegas após os ataques, a pressão foi tamanha que precisou recorrer a ajuda profissional:

Foi tão difícil o ponto de machismo que eu enfrentei dentro da redação, de não me defenderem, não cuidarem de mim naquele momento (...), que eu tentei suicídio, aí eu fui fazer um tratamento sério. E pago do meu bolso. (...) Como eu tenho uma filha, eu tive que me tratar. Não tem escolha. Eu já tinha problema de depressão e foi agravado.

Uma das profissionais relata que os danos à vida pessoal causados pelos ataques refletiram, inclusive, na criação da filha e que pensa em cria-la fora do país para que ela não vivencie tamanha violência. Outra colega relata, ainda na mesma coletânea de relatos feita por Silva, Fontes e Marques (2021, p.15) que, buscando garantir a segurança do filho, teve que gerenciar as redes sociais para não expor o nome do colégio em que ele estudava.

No Dia das Mães, eu tive que editar todas as fotos para apagar o nome da escola para poder postar. É o medo que a gente tem por conta dessas agressões, porque eu não sei até que ponto isso pode chegar à minha família.

No cenário da violência de gênero, o mundo digital mostrou-se muito útil aos agressores das mulheres da imprensa, pois facilitou o acesso às profissionais e tornou os ataques menos custosos (WAISBORD, 2020). Koirala (2020) descreve o assédio online, também chamado de *gendertroulling*, como práticas intencionais nas quais um indivíduo ou grupo utilizam a internet para molestar, assediar ou ridicularizar alguém através de uma conta falsa ou verdadeira, aproveitando da possibilidade de anonimato e da velocidade de propagação do meio digital para impulsionar o crescimento da violência. Devido às especificidades já citadas da violência de gênero, mulheres jornalistas são mais atingidas no ambiente *online* (ESPERDIÃO *et al*, 2020), pois os efeitos e

consequências que as atingem são mais devastadoras e prejudiciais do que aos homens (REGO, 2018).

Dentre as táticas existentes para atacar jornalistas mulheres estão o envio massivo de mensagens, ameaças, invasão de privacidade, privação de acesso, ataques *hackers* que desativam contas pessoais e profissionais, produção de *GIFs*, imagens e vídeos difamatórios, exposição de dados pessoais e a trolagem de gênero (*gendertrolling*) (IWMF, TROLL BUSTERS, 2018; REGO 2018; MANTILLA, 2015).

Patrícia Campos Mello (2020, p.13) relata a experiência:

Hackearam meu celular. Textos a favor de Bolsonaro foram disparados a partir da minha conta no WhatsApp. Várias mensagens sumiram (por sorte eu tinha backup de tudo o que importava para a matéria). Em e-mails, eleitores de Bolsonaro passaram a ser convocados a aparecer em eventos de que eu participaria.

Conforme Ramos (2020), os principais alvos de ataques são mulheres com destaque na esfera pública digital. Uma das estratégias utilizadas para silenciar essas mulheres, conforme descreve Saffioti (2004), é a formação de grupos unidos por um mesmo interesse. Tais grupos recorrem à violência como ferramenta para retirar essas mulheres da posição de destaque quando elas oferecem algum risco aos princípios que eles apoiam e defendem. Dessa forma, concluímos que o período de efervescência do debate político, em outubro de 2018, atuou como contexto de risco e comprometedor para a desenvoltura do jornalismo. O grupo defensor do candidato à presidência Jair Bolsonaro, incomodado com o teor da reportagem de Patrícia Campos Mello, usou a violência como tentativa de silenciamento. Mantilla (2015) enumerou as principais características da violência digital:

1. Os ataques de gênero são concentrados em mulheres que opinam.
2. Eles apresentem insultos gráficos sexualizados e baseados em gênero.
3. Eles incluem ameaças de estupro e morte - geralmente críveis - e frequentemente envolvem o direcionamento IRL⁴, o que aumenta a credibilidade das ameaças.
4. Atravessam várias redes sociais ou plataformas online.
5. Eles ocorrem em níveis incomumente altos de intensidade e frequência (numerosas ameaças ou mensagens por dia ou mesmo por hora).

⁴ IRL, sigla em inglês para In Real Life (Na Vida Real).

6. Eles são perpetuados por uma duração incomum (meses ou mesmo anos).
7. Envolvem muitos invasores em uma campanha coordenada e frequentemente coordenada.

No caso de Patrícia Campos Mello, houve mais um agravante. No dia 11 de fevereiro, a CPMI das *fake news* foi transmitida ao vivo pela TV. O principal objetivo da CPMI era investigar a existência de uma rede de produção e disseminação de notícias falsas e o assédio nas redes sociais. No Congresso, Hans River⁵, que foi fonte de Patrícia, mentiu ao dizer que ela ofereceu sexo a ele em troca de informação. Eduardo Bolsonaro, filho do então presidente, também compareceu e reforçou a mentira.

Uma semana depois, Bolsonaro proferiu uma ofensa misógina contra a repórter ao dizer “ela queria dar ao furo”. Ele disse isso com base no relato falso de Hans River. Em março de 2021, Jair foi condenado pela justiça a pagar uma indenização à Patrícia. No entanto, a repercussão após a ofensa já havia se estabelecido. A normalização do ataque inverossímil, ao ser proferido pela autoridade máxima do Brasil, legitimava ataques sexistas contra mulheres (MELLO, 2020). A partir desse momento, todas as jornalistas eram ainda mais vulneráveis, pois o misto de agressividade e imprevisibilidade dos apoiadores do presidente representava possíveis danos à vida pessoal e profissional das jornalistas.

Ao dar “sinal verde” para as ofensas e potencializar a mentira com seu poder de influência, Bolsonaro permitia que uma onda de ataques surgisse contra Patrícia Campos Mello e contra outras jornalistas. Dentro de um ano após a eleição de Jair, as agressões contra profissionais da imprensa cresceram 54,07%, passando de 135 em 2018 para 208 em 2019. Desse total, o Presidente da República foi responsável por 121 ataques. Camargo (2022, p. 43) esclarece a gravidade da situação.

A cada dia, a cada mês e a cada ano de governo, ataques à imprensa se tornavam um projeto estruturado do governo Bolsonaro. O intuito era que seus apoiadores comesçassem a ver o jornalismo como um inimigo e que, por consequência, não acreditassem em uma só informação veiculada pela mídia.

⁵ Hans River foi fonte de Patrícia Campos Mello enquanto ela apurava a reportagem “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp”. Posteriormente, entretanto, ele negou que havia ajudado na apuração da matéria e disse que ela ofereceu sexo a ele para conseguir informações. Ele foi condenado, em 2021, a pagar uma indenização à repórter. Acesso: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/04/justica-condena-hans-river-a-indenizar-reporter-da-folha-em-r-50-mil-por-danos-morais.shtml>

Ao dizer que Patrícia “queria dar o furo”, Bolsonaro normalizava e legitimava a misoginia em um nível institucional. Homens que também tinham poder e influência política passaram a atacar a jornalista. Patrícia relata em “A Máquina do Ódio” (2020) que Joaquim Campos, vereador de Belém, a chamou de vagabunda na Câmara de Vereadores um dia após a insinuação do presidente sobre o “furo”. Posteriormente, Joaquim postou em suas redes sociais a frase “não concordo que trocar informações por sexo seja jornalismo” insinuando que tal prática é algo habitual para a jornalista.

A obra também explica como a figura de Jair Bolsonaro, enquanto candidato e, posteriormente, Presidente da República, influenciou a quantidade e intensidade dos ataques. Ao atacar mulheres jornalistas, Bolsonaro normalizava a misoginia no país ao mesmo tempo que descredibilizava a imprensa nacional. Patrícia busca mostrar na obra como as *fake news*, então, acharam brecha para que funcionassem não apenas como instrumentos de manipulação da opinião política pública, mas também como instrumentos de assassinato de reputação. Na união da misoginia com as *fake news*, a democracia se vê ameaçada e os brasileiros também, embora parcela deles não se incomodem com o contexto político e informacional enfrentado. Mello (2020, p.100) esclarece como a violência digital pode forçar os jornalistas a se autocensurarem, implicando danos ao jornalismo:

Mas a verdade é que linchamentos virtuais funcionam como uma censura informal. Toda vez que vou escrever uma reportagem investigativa que envolve o governo, respiro fundo e imagino o que pode vir do outro lado. Será que vão ultrajar pessoas da minha família ou fazer memes obscenos? Penso várias vezes se vale a pena escrever. E suponho que muitos jornalistas estejam experimentando a mesma sensação e de alguma maneira acabem se autocensurando.

Nas redes sociais, Patrícia passou a receber mensagens de usuários que atacavam a dignidade dela enquanto mulher e profissional. A mentira contada por Hans River e disseminada por Bolsonaro se tornou, então, um pretexto para que apoiadores do candidato à presidência manifestassem a revolta com a reportagem através da violência de gênero. A massividade das agressões foi tamanha que resultou no recebimento de cerca de 220.000 ataques em forma de mensagens oriundas de aproximadamente 50.000 contas do WhatsApp (FENAJ, 2018, p.33). Em “A Máquina do Ódio” (2020), a repórter relata que deixou de ser conhecida apenas no meio dela e se tornou uma pessoa odiada, ao mesmo tempo que se tornava símbolo de luta pela

liberdade de expressão e pelos direitos das mulheres. Mello (2020, p.92) ressalta que “críticas são sempre bem-vindas, mas dirigidas a nosso trabalho, não ataques ou deboche sobre nossa aparência, nossa família, nem tentativas de nos expor ao escárnio nas redes sociais”, pois estar no centro dos acontecimentos não cabe ao jornalista cujo trabalho é o de investigar.

2.1 A GRANDE ARMA DIGITAL E ESTRATÉGICA: AS FAKE NEWS

Esta seção discorrerá sobre o conceito de *fake news* e como elas são utilizadas estrategicamente como ferramentas da violência de gênero, sobretudo em momentos de polarização política. Ao abordar o poder de enganação e disseminação das notícias falsas, a pretensão é elucidar como elas atuam a fim de silenciar profissionais do jornalismo e desacreditar a imprensa, reforçando as ideologias de grupos específicos e, com base na emulação da linguagem jornalística, convencer as pessoas que o que foi dito é verossímil.

Nyhan e Reifler (2018, p.2) definem *fake news* como “um novo tipo de desinformação política marcada pela dubiedade factual com finalidade lucrativa”. Nesse conceito, os autores destacam o poder de influência política atribuído à desinformação pela forma com a qual aparentam veracidade mediante a dubiedade factual. Essa falsa veracidade atua como elemento estratégico a fim de atingir a finalidade lucrativa que, no caso analisado, é desacreditar a imprensa e os profissionais dela, sobretudo mulheres. O principal objetivo dessa emulação é que a indústria de fabricação de *fake news* recorra a recursos do jornalismo profissional para vencer os filtros daqueles que não gostariam de ser informados por boatos e outros conteúdos enganosos.

Recuero e Gruzd (2019) definem *fake news* não apenas como uma informação mal apurada ou pela metade, mas também como uma informação falsa intencionalmente divulgada para atingir interesses de grupos específicos e que tem como objetivo principal enganar pessoas. Dessa maneira, boatos e rumores não se enquadrariam no conceito de notícias falsas, pois não há o desejo de autenticidade. Baldacci, Buono e Grass (2017) contribuem para essa visão ao afirmarem que os utilizadores das *fake news* buscam disseminar conteúdos que reforçam a visão de mundo deles, fazendo com que notícias falsas sejam instrumentos de manipulação da opinião pública.

Na comunidade acadêmica, a definição de *fake news* ainda é diversa e algumas vezes pode ser contraditória. No entanto, entre a maioria dos estudos há o consenso de que as notícias falsas são criadas para propositalmente desorientar, confundir e enganar, viralizando nas redes sociais e sendo espalhadas por indivíduos desavisados ou interessados, bem como por sistemas robotizados como *bots* e algoritmos, alimentando realidades alternativas que não reconhecem fatos devido às convicções pessoais e emoções envolvidas (CHRISTOFOLETTI, 2018).

O surgimento da cultura da desinformação, entretanto, é promovida pela ausência de intermediação da indústria jornalística nas novas plataformas que permitem que qualquer indivíduo produza, veicule e propague informações muito rapidamente. Dessa forma, as mídias sociais se tornam ambientes superlotados de uma grande diversidade de conteúdos: notícias jornalísticas, opiniões, conteúdos pessoais e informações falsas. A produção e disseminação de notícias falsas tem diversos objetivos, desde a promoção de páginas (*sites*, *blogs*, perfis em mídias sociais) com temáticas sensacionalistas, até mesmo servir como estratégia política de mobilização da opinião pública (AGUIAR E ROXO, 2019).

Para compreender os conceitos de *fake news* e manipulação informativa, a fim de realizar estudos sobre ambos e produzir conclusões, Aguiar e Roxo (2019) defendem que é necessário considerar a impossibilidade prática do espelhamento total da realidade pelo jornalismo. Para os autores, o jornalismo trata-se de relatos que circulam nos meios de comunicação de massa a respeito dos acontecimentos e seus episódios, mas não são os acontecimentos em si e nem as cenas e pessoas envolvidas nele. Apesar dessa “fraqueza”, assim denominada pelos autores, é essencial que o jornalismo seja defendido e valorado no combate à desinformação, pois a apuração jornalística oferece relatos cotidianos com grande fidelidade aos acontecimentos e seus personagens, dispondo de técnica e deontologia para tal.

A fim de transmitirem legitimidade e credibilidade, as *fake news* emulam o estilo jornalístico através de uma linguagem semelhante (SCHUDSON 2003; BERTOLINI, 2016). Himma-Kadadas (2017) acrescenta que tal estratégia toma parte nas guerras informativas que se travam entre a imprensa e os produtores de notícias falsas. Recuero e Gruzd (2019) contribuem para a identificação de notícias falsas ao descreverem três elementos essenciais de uma *fake news*:

1. O componente de uso da narrativa jornalística e dos componentes noticiosos;
2. O componente da falsidade total ou parcial da narrativa;
3. A intencionalidade de enganar ou criar falsas percepções através da propagação dessas informações na mídia social.

As mídias digitais atuam como parte integrante do problema, pois notícias falsas podem ser consideradas não apenas com base na forma ou conteúdo da mensagem, mas também em termos de infraestruturas mediadoras, plataformas e culturas participativas que facilitam a circulação (BONEGRU, GRAY, VENTURINI e MAURI, 2017). Para os autores (BONEGRU, GRAY, VENTURINI e MAURI, 2017, p. 18), notícias falsas se tornam *fake news* devido ao alcance que ganham com a propulsão do meio digital.

Para se tornar *fake news* eles precisam mobilizar um grande número de públicos – incluindo testemunhas, aliados, reações e partilhas, assim como oponentes para contestar, sinalizar e desmenti-los.

Recuero e Gruzd (2019) destacam que a vida digital possibilita recursos nunca experimentados na emulação de narrativas factuais porque fornece à prática uma enorme capacidade de disseminação do conteúdo falso. Ademais, tais conteúdos podem ser produzidos com grande facilidade, com alta especificidade para atingir o público-alvo e com alta maleabilidade dos conteúdos digitais.

Recuero e Gruzd (2019) pontuam que, no cenário político, há dois motivos pelos quais as *fake news* se espalham. O primeiro deles refere-se aos algoritmos das redes sociais que selecionam o que será visto pelos usuários com base nas ações deles e nas ações da rede social. Já o segundo diz respeito aos usuários poderem decidir o que compartilharão, fazendo com que a rede social esteja frequentemente associada à polarização política. Os usuários tendem a compartilhar informações baseadas em suas próprias crenças e percepções, sobretudo em contextos polêmicos, contribuindo para a constituição de polos opostos partidarizados. Nesse cenário, as *fake news* colaboram para a construção de narrativas que reforçam preconceitos. Horta-Ribeiro *et al* (2017) afirmam que, no cenário da polarização política e ideológica, as pessoas tendem a acreditar em informações que compactuam com a percepção delas das narrativas sociais e a confrontar narrativas que as contrariam.

Um motivo que propicia a fortificação das crenças, em prejuízo dos fatos, é o estabelecimento da pós-verdade que, conforme Dunker *et al* (2017), consiste na negação

da verdade e na degradação da experiência da verdade. Acrescentando ao conceito, o Dicionário de Oxford (2016)⁶ define a pós-verdade como um termo que representa circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influenciadores na formação da opinião pública do que apelos à emoção ou à crença da pessoa. Santaella (2019) aponta que a eleição de Donald Trump nos EUA⁷ e o plebiscito do Brexit⁸ foram momentos históricos marcados pela desinformação digital que levaram à popularização do termo, atraindo o interesse de estudiosos de diversas áreas.

A pós-verdade, então, seguindo essas ideias, consiste na vulnerabilidade da verdade frente à desinformação. Santaella (2019) explica que uma das características da pós-verdade que vulnerabiliza a verdade é a formação de “bolhas” nas redes. O autor usa o conceito de bolhas em relação à internet, que consiste na sistematização de crenças, preferências e convicções dos usuários, fazendo com que, cada vez mais, aqueles indivíduos sejam enquadrados em um perfil. Anacleto, Lé e Ribeiro (2022, p. 31) explicam como o sistema informacional estruturado pelas redes através das bolhas contribui para disseminar desinformação:

Nesse cenário, entendemos que as bolhas de pós-verdade são justamente aquelas responsáveis por replicar esse sistema de crenças e convicções, sendo uma das principais condições envolvidas no mecanismo da desinformação, na disseminação das chamadas *fake news*. Desse modo, hoje assumimos que essas bolhas acabam por infestar as redes, ferindo quaisquer valores baseados nas correspondências entre os discursos e os fatos objetivos, entre as palavras e os acontecimentos que eles designam.

Santaella (2019) pontua que há três princípios associados ao funcionamento das bolhas. O primeiro deles seria o de monitoração, baseado na vigilância algorítmica das redes. O segundo, por sua vez, se trataria da câmara de ego que se pauta no espelhamento de crenças e emoções dos usuários. O terceiro, por fim, seria o de confirmação que valida os conteúdos falsos através do sistema de convicções, fazendo com que, conforme o perfil de cada usuário, uma monocultura seja criada com conteúdos repetitivos.

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/pos-verdade-e-eleita-a-palavra-do-ano-pelo-dicionario-oxford.ghtml>

⁷ Donald Trump foi eleito presidente dos EUA em 2016 após uma disputa contra Hillary Clinton. O estilo de discurso de Trump, sobretudo em período eleitoral, chamou a atenção da imprensa – inclusive a brasileira – pelo uso constante de desinformação. Acesso em: <https://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2020/noticia/2020/11/09/relembre-as-mentiras-mais-famosas-de-trump.ghtml>

⁸ Brexit é o processo de saída do Reino Unido da União Europeia que gerou muita discussão política e social. O processo foi iniciado em 2017 e acabou em 31 de janeiro de 2020 com a saída oficial do país.

A conclusão de Anacleto, Lé e Ribeiro (2022) é de que as “bolhas digitais” ferem os valores baseados nas correspondências entre os discursos e os fatos objetivos e que, mesmo com grandes plataformas como o *Facebook* tentando alterar o funcionamento do algoritmo em 2018 a fim de eliminar o sensacionalismo e os conteúdos falsos, as bolhas acabam por infestar a rede. As autoras destacam que, para “sair das bolhas”, é necessário compreender o surgimento delas e como são fortalecidas pelas crenças e emoções dos usuários. Perosa (2017) destaca que a desinformação, propulsionada pelas bolhas da pós-verdade, tem outros três fatores que a turbinam: a) o ambiente de alta polarização política; b) a descentralização da informação e a ascensão de meios de comunicação independentes; c) o ceticismo quanto às instituições políticas e democráticas, tendo como alvo governos, partidos e veículos tradicionais de mídia. Atuando conjuntamente, esses aspectos contribuem para a formação de bolhas de pós-verdade que infestam as redes.

O aumento do consumo de notícias pelas redes sociais, somado à crise de confiança dos leitores de veículos tradicionais, proporcionada pela latente polarização política, contribui para o assentamento das *fake news* (NEMWAN *et al.*, 2017). Segundo a análise do *Buzzfeed News*⁹, nos últimos três meses da campanha para as eleições presidenciais nos Estados Unidos no ano de 2016, as notícias falsas com melhor desempenho no *Facebook* geraram mais engajamento que as *top stories* de veículos de comunicação como *The New York Times*, *Washington Post*, *Huffington Post*, *NBC News* e entre outros. As 20 notícias falsas com maior destaque geraram 8.711.000 compartilhamentos, enquanto as 20 principais notícias sobre eleições dos 19 maiores veículos de imprensa obtiveram 7.367.000 compartilhamentos.

A nível nacional, algo semelhante ocorreu na semana anterior à votação da abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Na época, três das cinco notícias mais compartilhadas no *Facebook* eram falsas, de acordo com o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (LAVARDA, SANCHOTENE e SILVEIRA, 2016).

Conforme Patrícia Campos Mello (2020), as redes sociais punem personalidades discretas. Políticos com opiniões “mornas”, que não chocam as pessoas e que não

⁹ Acesso em: <https://www.buzzfeed.com/craigsilverman/viral-fake-election-news-outperformed-real-news-on-facebook>.

suscitam emoções, tendem a ser extintos no meio digital. O resultado dessa propulsão surgiu em 2018 com a massiva influência digital conquistada por Jair Bolsonaro, haja vista que ele usava as redes para promover discursos polêmicos e mentiras que acentuavam a polarização política. Os números mostravam tecnicamente a superioridade do poder de influência de Bolsonaro quando comparado aos outros candidatos. No *Facebook*, Bolsonaro tinha 6,9 milhões de seguidores, enquanto Fernando Haddad, seu principal concorrente, contava com 689 mil. No *Instagram*, Jair reunia 3,8 milhões de seguidores e Haddad tinha 418 mil. Assim sendo, pode-se concluir que *fake news* são recursos de engajamento para potenciais figuras na política, além de poderem ser usadas estrategicamente a fim de difamar oponentes. Quando utilizadas contra a imprensa, pretendem desacreditar e desmantelar o debate público sobre os fatos apresentados, ao passo que, quando direcionadas às jornalistas mulheres, o principal objetivo é amedrontá-las, silenciá-las e promover o assassinato da reputação delas.

Dessa maneira, é possível concluir que a violência de gênero é resultado de uma relação histórica e patriarcal na qual homens, para manter a forma e a hierarquia das relações sociais, recorrem à violência (SAFFIOTI, 2001) e que, embora vítimas, as mulheres não são passivas perante as agressões, haja vista que elas são participantes do discurso construído sobre o caso. Especificamente no jornalismo, a violência de gênero é utilizada estrategicamente por grupos que pretendem silenciar a imprensa e suas profissionais através do amedrontamento. Esses grupos atacam sobretudo mulheres de destaque que, com as apurações, criticam os princípios por eles defendidos. Nesse contexto, as redes sociais se mostraram úteis aos agressores pelas possibilidades ofertadas pelo mundo digital, dentre elas a organização dos grupos, a possibilidade de anonimato e o fácil acesso às profissionais. Os ataques, por sua vez, apresentam características específicas da violência de gênero por serem muito mais agressivos com mulheres do que com homens, na maioria das vezes ferindo a dignidade delas com ofensas à aparência, sexualidade, integridade própria e familiar. Ameaças hackers como envio de mensagens falsas e divulgação de informações pessoais também estão entre os ataques às repórteres.

3. CAPÍTULO: JORNALISMO E SUBJETIVIDADE - CONCEITUAÇÕES

Antes de iniciarmos as análises dos ataques digitais sofridos por Patrícia Campos Mello e relatados em “A Máquina do Ódio” (2020), é importante abordarmos o que consideramos enquanto o que é jornalismo neste trabalho e como esse ofício influencia a vida das pessoas, sociedades e instituições existentes. Após isso, a compreensão do impacto do livro da repórter sobre as pessoas e grupos – divididos por ideologias – se torna mais significativa. Além disso, é imprescindível abordar as questões subjetivas da produção jornalística, pois essas recaem sobre a opinião pública, as relações de gênero e a versão final das notícias entregues ao público.

Gomes e Dourado (2019) definem jornalismo como atividade e instituição essencialmente vinculada à produção de relatos factuais, principalmente relacionados à política. A partir desse conceito, é possível dizer que a relação entre jornalismo e política é inseparável, uma vez que as ações políticas refletem sobre a sociedade e, como em efeito cascata, geram muitas outras possibilidades de acontecimentos que podem se tornar notícias. As decisões dos gestores políticos recaem sobre a comunidade que, por sua vez, tem reações à influência política, desencadeando muitas possibilidades noticiosas e de coberturas jornalísticas.

A definição do que é jornalismo, entretanto, vai além de atividade e instituição relatora do factual. Com a consolidação do trabalho jornalístico e da necessidade social de consumi-lo, o jornalismo se consolidou como forma de conhecimento. Robert Park (2008) define as notícias como norteadoras sociais, efêmeras e essencialmente centradas nos acontecimentos presentes. Para ele, elas desempenham o papel de orientar as pessoas e a sociedade no mundo real, preservando a sanidade delas e a permanência social. Marcia Veiga (2020) complementa essa ideia ao definir o jornalismo como uma instância pedagógica cultural que orienta a cultura e se orienta a partir dela, cuja principal necessidade é traduzir e explicar o mundo sempre baseando-se na verdade, usando recursos técnicos e humanos capazes de ilustrar esses saberes. A autora, todavia, destaca que essa reprodução da verdade é permeada de subjetividade ao ser representada pelos repórteres e demais profissionais da redação. Meditsch (1992, p. 31-32) destaca que:

Todo conhecimento social, e o jornalismo é um conhecimento social, envolve determinado ponto de vista sobre a História, sobre a

sociedade e sobre a humanidade. E como humanidade e História são processos que estão em construção, naturalmente não existe um jornalismo puramente objetivo, ou seja, um jornalismo que seja absolutamente neutro. Isto não acontece por motivos de ordem psicológica, como dizem os manuais. Não é porque o indivíduo está psicologicamente envolvido com o fato, mas porque toda a forma de conhecimento pressupõe também um posicionamento do sujeito diante do objeto. Essa é a razão mais profunda porque o próprio jornalismo implica uma visão ideológica, implica um posicionamento ético e político sobre a realidade.

A partir desse pensamento, Marcia Veiga (2020) concorda com a ideia de que as notícias não são neutras e envolvem determinadas visões de mundo. A partir disso, orientam cultural e socialmente os parâmetros e valores da atualidade, atuando como uma ferramenta que constitui uma natureza consensual e contribuindo para a união das pessoas enquanto sociedade através dos processos de significações, sendo tais significações fornecidas rotineiramente e com a periodicidade das notícias. Conforme Adelmo Genro Filho (1987), o critério jornalístico, antes mesmo de chegar a quem o consome, é delineado ou insinuado pela subjetividade dos jornalistas que o apuram. Em palavras mais sucintas, toda notícia é apresentada ao público a partir da perspectiva dos jornalistas que a retrataram.

A relação entre jornalismo e comunidade se dá essencialmente nesta construção do consensual que permite a unificação da sociedade. Hall (1993) afirma que existimos enquanto membros da sociedade porque é suposto que compartilhamos de uma quantidade comum de conhecimentos culturais com nossos semelhantes. Ele nomeia esses conhecimentos comuns como “mapas de significados”. Esses mapas refletem nossos interesses, valores e preocupações fundamentais, além dos acontecimentos cotidianos. Segundo o autor, embora esses mapas de significados promovam união social ao estabelecerem padrões comportamentais, eles também proporcionam a divisão de grupos baseados em diferenciações ideológicas. Veiga (2010) acrescenta a esse conceito ao dizer que os saberes proporcionados pelo jornalismo traduzidos em uma linguagem comum e geradora de sentidos destinados para uma grande audiência determinam os modos legítimos e ilegítimos de ser sujeito em determinada cultura. Motta (2006, p. 48) reforça a observação do jornalismo enquanto norteador social e construtor de sentidos e significações:

O ato de ler, ver ou ouvir as notícias diariamente nos jornais pelos indivíduos é um ato cognitivo cultural por meio do qual as pessoas apreendem as informações que necessitam para suas vidas cotidianas, mas também para a sua existência enquanto sujeitos. Tomar

conhecimento do mundo por meio das notícias é uma necessidade e um imperativo para os indivíduos na sociedade contemporânea, pois lhes seria impossível apreender esta complexa realidade sem a intermediação de meios tecnológicos.

Veiga (2010) situa o jornalismo não apenas como um retrato do factual, cujo principal objetivo é retratar objetivamente a realidade. A autora descreve a atividade jornalística como, imprescindivelmente, subjetiva e construtora da realidade, sendo inseparável da cultura – essa, por sua vez, entendida pela autora como o conjunto de regras, valores e hábitos historicamente construídos e normalizados. O jornalismo, então, é “um conhecimento social que se reproduz com uma função pedagógica cultural que pretende explicar os modos de ser e estar no mundo” (VEIGA, 2010, p.38).

Uma das principais características que reflete a subjetividade do jornalismo, inclusive sobre as questões de gênero historicamente pautadas entre masculino e feminino, é a existência dos valores-notícias e como eles são determinados. Wolf (2003) define valor notícia como qualidades dos acontecimentos ou da sua construção jornalística, cuja presença ou ausência os recomenda para serem incluídos em um produto informativo. Quanto mais um acontecimento exhibe essas qualidades, maiores são as possibilidades de ele ser incluído. Wolf (2003) pontua:

A noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias

Muitos autores destacam a importância das coisas, lugares e pessoas citadas como o mais importante dos valores-notícias. Wolf (2003) destaca a importância do grau hierárquico dos envolvidos, enquanto Oliveira (2008) ressalta que, quanto mais a narrativa abordar pessoas e países de elite, mais se transformará em notícia. As relações históricas de gênero, entretanto, fazem com que os valores notícias sejam majoritariamente definidos por homens, realidade essa que mantém o padrão das relações de poder sendo dominadas por homens (VEIGA, 2010).

Conforme Traquina (2004) os valores-notícias, ou critérios de noticiabilidade, estão relacionados a um conjunto de requisitos que devem “fazer sentido” tanto aos órgãos de informação quanto aos jornalistas. Entende-se dessa ideia que a visão de mundo, questões subjetivas e opiniões dos responsáveis pelos órgãos de informação são os fatores que determinarão os acontecimentos que “fazem sentido” serem publicados.

Dentro da construção histórica das relações de gênero, é possível inferir que os valores-notícias estiveram majoritariamente sujeitos às opiniões masculinas. Como o jornalismo é, por sua vez, uma ferramenta de tradução de significados para grandes públicos, é possível dizer que a opinião pública esteve na maior parte do tempo sendo influenciada por ideais masculinos (VEIGA, 2010).

Carey (1986) destaca que os valores notícia estão claramente situados em um processo de escolha que demonstra a necessidade de selecionar, excluir e acentuar diferentes aspectos do acontecimento, sendo essas etapas orientadas pelo enquadramento escolhido. Tal processo, então, constrói o acontecimento e constrói a realidade ao informar a sociedade sobre o factual e, como já explicado, orientar o comportamento sobre a atualidade. Veiga (2010) afirma que os critérios de noticiabilidade são compartilhados por membros da “mesma tribo”, uma vez que refletem valores das lideranças jornalísticas a respeito do que “é importante” e do que “não é”.

Os valores-notícia têm valor simbólico e atuam como operadores de notícias ao orientarem os jornalistas – repórteres enquanto investigadores e editores como líderes que decidem se a informação investigada será divulgada ou não. Apesar do valor simbólico, ou seja, intangível (Veiga, 2010), os critérios de noticiabilidade são repletos de valores relacionados às convenções e normas sociais. Conforme Veiga (apud TRAQUINA, 2005, p.86):

Os valores-notícia operam como uma estrutura de primeiro plano, que pressupõe uma “estrutura profunda”, que está escondida – as noções consensuais sobre o funcionamento da sociedade que ajudam a marcar as fronteiras entre o “normal” e “desvio”, entre o “legítimo” e o “ilegítimo”.

A cultura profissional, ao decidir o que é importante, publicável, e o que não é, demonstra a relação que tem com os valores da sociedade, cabendo ressaltar que os jornalistas também são membros da sociedade (VEIGA, 2010). Dessa maneira, segundo a autora, a rotina de trabalho dos jornalistas e a subjetividade deles são objetos preciosos de reflexão, haja vista que o profissional das notícias é o elemento humano que dá significado aos fatos sociais, transformando-os em notícias a fim de conferir sentido a eles, sendo todas essas atividades influenciadas pela forma com a qual enxergam o mundo. Alsina (2009) destaca que o material escolhido pelos jornalistas, consciente ou inconscientemente, é o que confere sentido ao acontecimento. Dessa

forma, investigar as lentes pelas quais os jornalistas não apenas enxergam o mundo, mas também fazem com que o enxerguemos, é essencial para a compreensão do mundo (Veiga, 2010). Bourdieu (1998) foi sucinto ao afirmar que as estruturas invisíveis organizam a percepção e determinam o que vemos e o que não vemos. Hallin (1986, p.87), a respeito da compreensão jornalística de mundo e dos processos de subjetivação, teorizou três padrões diferentes de jornalismo que categorizam o funcionamento das lentes pelas quais os jornalistas veem o mundo e fazem com que seja enxergado. A citação garante a clareza e a precisão na abordagem conceitual:

Ao primeiro, pode chamar-se a esfera do consenso. A esfera do consenso é a região em que encontramos os valores consensuais da sociedade, como a pátria, a maternidade, a liberdade. Nos seus limites estão esses objetos sociais que não são vistos pelos jornalistas e pela maioria da sociedade como controversos. Dentro desta esfera, os jornalistas [...] sentem freqüentemente como sua responsabilidade agir como advogados ou protetores cerimoniais de valores de consenso [...] e têm um papel essencialmente conservador e legitimizador. [...] uma segunda região do mundo jornalístico é a esfera de controvérsia – para além da esfera de consenso fica aquilo a que se pode chamar a esfera de controvérsia legítima [...] há ainda a terceira esfera – a esfera do desvio. Para além da esfera de legítima controvérsia estão os atores e pontos de vista políticos que os jornalistas e os valores dominantes rejeitam como marginais.

Veiga (2010) destaca que, mesmo sendo primordial e a primeira etapa do processo de produção das notícias, a subjetividade dos jornalistas não é tão estudada quanto necessário. A autora destaca que, no geral, os valores profissionais são associados à ideologia empresarial e às rotinas produtivas, sobrepondo os valores empresariais aos profissionais, ignorando que ambos os elementos atuam em conjunto e nunca separadamente.

3.2 - SUBJETIVIDADE E ÉTICA JORNALÍSTICA

A subjetividade jornalística, no entanto, não é desordenada e desrespeitosa aos padrões que regem a qualidade e veracidade do ofício. Conforme Christofolletti (2011), os códigos de ética tentam colocar ordem nas condutas jornalísticas dos indivíduos, funcionando como “gramáticas”. Eles são instrumentos de ordem que definem padrões de ação para os jornalistas e que circulam publicamente e destacam valores, princípios e preocupações para os demais grupos sociais, sendo voltados majoritariamente às comunidades para as quais são dirigidos.

Os códigos de ética, entretanto, deixam brechas no funcionamento (CHRISTOFOLETTI, 2011). Diferentemente das leis, a ética não tem regime

compulsório, pois atuam como um conjunto de orientações e aconselhamentos, não garantindo que seus membros tenham atitudes melhores, pois não oferecem sistemas de garantias ou punições. A ética, então, fica sujeita à “consciência humana”. Conforme Christofolletti (2011), tais documentos podem até prever punições aos transgressores, mas o pior castigo seria o moral. A reprovação social à conduta de quem atravessa a linha do que é permitido é usada como “punição” e tentativa de correção comportamental. No caso de alguns códigos de ética, a punição consiste em expor publicamente a falha do sujeito, o sujeitando ao constrangimento e à reflexão, o que nem sempre funciona. Dessa maneira, pode-se dizer que os códigos de ética se tratam mais de discussões a respeito de valores do que de manifestações práticas, mostrando-se muito necessária a criação das comissões éticas a fim de fiscalizar e aplicar os documentos elaborados, buscando concretizar mais no mundo prático os ideais pensados.

Apesar das discussões sobre a efetividade dos códigos de ética, Berti e Carvalho (2019) acrescentam que, sem ética, não há democracia e vice-versa. Somada a essa afirmação, Godinho e Fernandes (2019) destacam as *fake news* como um dos principais elementos prejudiciais à relação entre ética e os elementos que garantem a democracia, pois, além de levantar diversas questões éticas e deontológicas acerca do ofício jornalístico, também põe em risco a qualidade do jornalismo.

Na era de velocidade de compartilhamentos, jornalistas sofrem a pressão de serem os primeiros a espalharem a informação (Godinho e Fernandes, 2019). Essa realidade faz com que, na era digital, a produção jornalística precise encarar maiores chances de riscos em nome da exclusividade, pois a produção acelerada aumenta as chances de existirem falhas jornalísticas.

Nesse contexto, em que o jornalismo está sujeito aos perigos da velocidade tecnológica que pressiona os padrões de produção, os códigos de ética, embora teóricos, são extremamente necessários. Eles exigem que a informação seja transmitida rigorosamente, implicando verdade e não deturpação dos fatos. A seleção factual também é aprimorada ao não permitir que acontecimentos irrelevantes ganhem destaque. Nesse sentido, Martins (2019) ressalta que o jornalismo ainda se adapta aos tempos atuais e que precisa buscar formas para não se confundir com a maré de desinformação, recuperando a confiança dos cidadãos e encontrando o lugar e o funcionamento adequado no “mar” chamado *internet*. Resumidamente, Godinho e

Fernandes (2019) explicam que o jornalismo, frente aos desafios propostos pela atualidade, precisa repensar as formas de informar, pois era visto como verossímil e responsável social, mas, atualmente, é visto em muitos casos como sem credibilidade.

Acerca desse atual embate entre o jornalismo e a modernidade, que acarreta a necessidade de pensar novos formatos à profissão, o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT)¹⁰, citado pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) no relatório *A Desinformação: O Contexto Europeu e Nacional* (2019)¹¹, chegou à conclusão de que as *fake news* circulam mais rapidamente do que notícias verdadeiras no Twitter. Esse estudo demonstra como o poder de disseminação das *fake news* é grande no ambiente digital, especialmente nas redes sociais, fazendo com que o jornalismo seja forçado a pensar novas formas de produção e compartilhamento a fim de tentar estabelecer e defender seu lugar no cenário informacional, indo contra o domínio das notícias falsas.

A pretensão dos códigos de conduta é que decisões sejam tomadas diante de dilemas éticos, sinalizando boas escolhas, ações, resultados ou consequências dos atos Christofolletti (2011). Pode-se inferir que a ética jornalística atua mais como protetora dos profissionais do que como cerceadora da atividade jornalística, pois ela sugere uma postura profissional que conduz os jornalistas a exercerem o ofício sem muitos danos à própria imagem e integridade, fazendo do jornalismo uma profissão com regras, princípios e limites éticos (GODINHO E FERNANDES, 2019), sempre demonstrando pela “ação ao serviço da verdade” (Correia, 2019). Christofolletti (2011, p. 28) elucida:

No jornalismo, a comunidade profissional e seus públicos acabaram definindo valores para a atividade de reportar, narrar, informar, investigar. Em algumas situações, são valores bastante genéricos e pretensamente universais, como a verdade e a honestidade; em outros, são bastante restritivos da profissão, como a objetividade e a imparcialidade. Os valores morais auxiliam na tomada de decisões práticas, cotidianas, que envolvem escolher entre alguns caminhos de ação, que gerarão consequências, danosas ou não para terceiros.

Dessa maneira, pode-se dizer que a produção jornalística é, invariavelmente, sujeitada às questões subjetivas dos profissionais. O poder de decisão deles, ao determinar o que é publicável e o que não é, reflete também a construção histórica das

¹⁰ Acesso em: <http://news.mit.edu/2018/study-twitter-false-news-travels-faster-true-stories-0308>

¹¹ Acesso em: <http://www.erc.pt/pt/noticias/a-desinformacao-contexto-europeu-e-nacional>

relações de gênero, uma vez que todas as estruturas sociais foram historicamente influenciadas pela figura masculina, sendo possível concluir que os valores-notícias/critérios de noticiabilidade foram e são, majoritariamente, padronizados e estabelecidos por opiniões masculinas. Nesse contexto, as questões éticas se mostram aliadas do jornalismo ao objetivarem a manutenção da qualidade do trabalho, mas a crítica de que são pouco práticas são válidas, haja vista que a maior parte dos valores propostos por elas são apenas idealizados. As *fake news*, então, se mostram prejudiciais à ética, ao jornalismo e à democracia, uma vez que objetivam descredibilizar a imprensa, que é essencial aos regimes democráticos, forçando a ética a constantemente se adequar às novas exigências impostas pelas questões da atualidade.

3.3 DEMOCRACIA E JORNALISMO

Atualmente, abordar violência contra mulheres jornalistas sem falar de democracia é inviável. Isso se deve ao fato de que o povo tem o direito de se informar garantido pela Constituição Federal e qualquer fator que ameace esse direito está, inegavelmente, ferindo a população. Assim sendo, esta seção pretende expor, com base em autores do ramo, o conceito de democracia que será utilizado neste trabalho. Além disso, também pretende-se esclarecer por que a violência contra jornalistas é, invariavelmente, uma agressão ao Estado democrático de direito.

Luiz Grandinetti (1999) define que democracia é um sistema onde o poder reside no povo. Conforme o autor, esse sistema permite que o povo exerça seu poder através de representantes ou sobreleva a necessidade de cada membro do povo fazer opções políticas sobre a vida nacional. Imediatamente, então, o autor relaciona o conceito de democracia à importância do exercício do jornalismo de qualidade. Para ele, o povo deve poder optar e decidir com consciência, contexto esse que só é possível com acesso à informação, permitindo que o povo esteja ciente das consequências de suas ações, tendo a informação um papel de grande importância política.

Já Carvalho e Berti (2019) enxergam a democracia como uma construção social e histórica que não é estática, pois ela se modifica com o tempo, sendo pensada como uma forma de governo que conduz o relacionamento entre as pessoas de um povo. Os autores, entretanto, impõem uma crítica à democracia representativa, haja vista que, conforme eles, o vínculo subjetivo entre os e aqueles que elegeram tende a ser rompido. Nesse sentido, surge uma crise de legitimidade política e de representação, pois os

políticos defenderiam interesses pessoais acima dos interesses daqueles que dizem representar. Castells (2018) reforça o conceito de “Crise da democracia” ao considerar que existe uma crescente distância entre a classe política e os cidadãos, havendo uma ruptura entre governantes e governados que, com o tempo, causará “um colapso gradual de um modelo político de representação e governança” (CASTELLS, 2018, p. 41). O autor ressalta que a democracia também é uma ferramenta para manter a sistematização do poder instaurada nas instituições, haja vista que as democracias foram construídas ao redor das relações de poder que a fundaram e se adaptaram à evolução delas.

Para Wood (2003), o conceito ateniense de democracia, tendo origem na palavra “demoskracia” e significando “governo do povo”, se sustenta até os dias atuais. É importante esclarecer, no entanto, que a retomada do conceito grego de democracia serve para uma breve revisão histórica do conceito democrático, pois a atual democracia brasileira é muito mais abrangente do que a desenvolvida em Atenas a.C., pois lá a cidadania era bastante excludente, conforme esclarece Theml (1988, pp. 38-39): *“Mulheres, crianças, velhos, escravos e metecos não eram compreendidos como um conjunto em si mesmo, distinto e exterior à pólis”*. Retomando a discussão acerca dos conceitos democráticos que se relacionam com o jornalismo, Wood (2003) considera a democracia uma forma de relação na qual todos governam todos, derrubando então as estruturas do sistema monárquico e oligárquico. Para o autor, a democracia contemporânea é sustentada por pilares: a igualdade dos cidadãos perante a lei (isonomia) e o direito de expressão deles em reuniões e debates oficiais (isegoria), onde decisões importantes para o futuro de toda a sociedade seriam tomadas.

Cabe ressaltar que a imprensa e os veículos de comunicação são ferramentas da democracia usadas para garantir o direito de expressão da sociedade que, por sua vez, forma opiniões sobre os contextos da atualidade baseada no que consome do jornalismo. Os jornalistas, então, são profissionais que trabalham em prol do direito constitucional de expressão, garantindo que as pessoas possam se informar e, quando necessário e consideravelmente relevante, expressar opiniões e vivências na mídia. A liberdade de expressão brasileira, no entanto, sofre com constantes ataques e com a vulnerabilidade à violência, conforme a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e seus relatórios dos anos 2020, 2021 e 2022. Essa problemática, então, exige que o governo e a imprensa elaborem em conjunto estratégias para coibir as tentativas de descredibilização, fazendo com que o ofício e a integridade do jornalismo possam estar em segurança, mas sempre

aberto a questionamentos e acessíveis ao público. Assim sendo, todo e qualquer ato que objetive a difamação da imprensa e de seus profissionais, bem como dificultar a circulação da informação, fere valores democráticos e a aplicabilidade das leis constitucionais.

Sobre o jornalismo, Carvalho e Berti (2019) afirmam que a relação dele com a democracia é indispensável, mas que na contemporaneidade a resistência e a força dessa relação tem sido testada exaustivamente, conforme a pesquisa ICJ (Índice de Confiança na Justiça), da Fundação Getúlio Vargas, mostra que a confiabilidade dos brasileiros nas emissoras de TV caiu 9% e da imprensa escrita 5% em relação ao ano anterior (2017). Carvalho e Berti (2019) destacam que a queda da confiabilidade nos veículos de comunicação tem relação direta com os governos conservadores que tornam a imprensa alvo de ataques. Bolsonaro atua como fidedigno representante de um governo contra o jornalismo, uma vez que entre os anos de 2015 e 2018 os ataques à imprensa permaneceram entre os seis temas mais presentes no *Facebook* do político (SOUZA, 2019). Isso fez com que o ódio aos profissionais da comunicação saísse do mundo virtual e se materializasse no cotidiano, condição essa comprovada pelo levantamento da Fenaj (2019) que constatou que 2018 teve um aumento de 36,36% nos ataques contra jornalistas quando comparado ao ano anterior.

Ao tornar a imprensa alvo de ataques e normalizar a violência contra jornalistas, Jair Bolsonaro ataca diretamente, porém de maneira disfarçada, os valores do estado democrático de direito. Carvalho e Berti (2019, p.134) esclarecem que a interação entre jornalistas e democracia é um aspecto natural e que, quando são agredidos, não há como ignorar os prejuízos gerais:

O senso comum entende o caráter simbiótico existente entre jornalismo e democracia e o quanto o primeiro é afetado em contextos de suspensão ou aniquilamento dos regimes democráticos. Conta-se socialmente com o caráter de resistência e contestação por parte do jornalismo e que este levante-se em defesa das liberdades democráticas.

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), em 2019, publicou uma nota afirmando: “quando um governante mobiliza parte significativa da população para agredir jornalistas e veículos, ele abala um dos pilares da democracia: a existência de uma imprensa livre e crítica”¹². Essa afirmação vai ao encontro do

¹² Acesso em: <https://abraji.org.br/abraji-e-oab-repudiam-ataque-publico-de-bolsonaro-a-imprensa>

conceito desenvolvido por Grandinetti (1999), haja vista que ambos os conceitos ressaltam a importância de que os governantes sirvam à democracia através da proteção ao direito de acesso à informação que o povo deve ter, pontuando que, caso os representantes políticos se oponham a isso, eles estão ferindo um direito constitucional e, conseqüentemente, ameaçando a democracia. Conforme Paulo Martins (2019), a democracia ainda é mais importante do que o jornalismo, mas uma democracia de qualidade não dispensa um jornalismo crítico, vigilante e escrutinador.

A violência contra jornalistas, principalmente mulheres, configura como perigo às democracias, sobretudo na era da desinformação (KEBIAN, 2022). A violência contra a imprensa busca a descredibilização das instituições democráticas, sendo a imprensa uma delas. Nesse contexto, o jornalismo tradicional e seus profissionais foram um dos mais afetados devido à responsabilidade que carregam de combater conteúdos falsos e, agora, passaram a lutar pela própria integridade, enfrentando o machismo e a misoginia que também são ferramentas usadas para essa descredibilização.

Cabe ressaltar que tal problemática se agrava quando grandes autoridades e representantes do povo a incentivam e espalham. Jair Bolsonaro, em janeiro de 2020, fez transmissões ao vivo nas redes sociais e teceu críticas à jornalista Thaís Oyama: *“Nossa imprensa tem medo da verdade. Deturpam o tempo todo, mentem descaradamente, trabalham contra a democracia, como o livro dessa japonesa¹³, que eu não sei o que faz no Brasil. Essa jornalista... No Japão ia morrer de fome”*. Conforme Kebian (2022), o jornalismo de diversas nações enfrenta acusações de publicar notícias falsas ou são chamados de “imprensa mentirosa”, embora o labor da imprensa seja justamente o contrário, o de desmentir mentiras e apurar verdades. Júlia Vieira (2022) destaca que quando uma jornalista se cala frente aos ataques e às agressões, toda a democracia sofre ao perder o direito de acesso à informação. Nas palavras dela (2022, p. 106): “por sorte, elas não irão se calar. O problema? Bolsonaro também não. Como romper com esses ataques, então?”. Gomes e Dourado (2019, p. 34) destacam a contradição da atualidade ao colocar o jornalismo como algoz e não como solucionador da problemática em relação às dúvidas da veracidade informacional:

Este fenômeno, acreditam muitos, afeta profundamente o jornalismo, o seu lugar nas sociedades democráticas e a sua relevância social.

¹³ Apesar do comentário xenofóbico destinado a Thaís Oyama, ela é brasileira, assim como os pais dela. Apenas os avós de Thaís nasceram no Japão. Ela é o que denominam como *sansei*, ou seja, a terceira geração de japoneses que emigraram para outro país.

Com a proliferação de falsificações nas narrativas sobre fatos políticos, parece que é o próprio jornalismo, a instituição a que historicamente se reputou o privilégio de nos assegurar sobre quais são, efetivamente, os acontecimentos da atualidade, que está sendo epistemologicamente questionado e desafiado.

Gomes e Dourado (2019) ainda reforçam que as *fake news* são novas formas de ameaça à democracia, mas que elas não pertencem ao jornalismo. Elas são, conforme os autores, problemas originários na política. Dessa forma, “da mesma forma, teme-se pela sorte da democracia no pântano informativo em que o mundo se meteu, e em que segurança informacional, garantias e valores políticos podem afundar sob os nossos pés” (Gomes e Dourado, 2019, p. 34). Steensen (2019) destaca que essa problemática atual se consolida, sobretudo, em um padrão de comportamento da atualidade que caracteriza todo o conhecimento como verdadeiro ou falso, fazendo com que o jornalismo seja forçado a pensar novos métodos de produção que compreendam que o mundo, agora, encara o conhecimento e a verdade como construções questionáveis.

Patrícia Campos Mello (2020), entretanto, destaca que a essência do trabalho jornalístico consiste na resistência às intempéries, pois, ao se tornar um estandarte de resistência ao governo, a mídia profissional adota uma postura de oposição. Segundo a autora, por mais que os veículos jornalísticos sejam atacados e desrespeitados pelos ocupantes do poder, é necessário lembrar que o objetivo não é apoiar ou se opor a governos, mas sim investigar igualmente o governo e a oposição, de forma apartidária, seja à esquerda ou à direita.

Dessa maneira, pode-se concluir que a democracia e o jornalismo têm uma relação simbiótica, na qual ambos sustentam um ao outro, tendo o jornalismo como fonte de investigação e não de apoio governamental. A violência contra profissionais da imprensa, então, se manifesta como atos antidemocráticos, tendo como principal ferramenta as *fake news* para tentar desacreditizar jornalistas. As notícias falsas ganharam mais repercussão e se tornaram mais persuasivas com os recursos proporcionados pela atualidade, principalmente nas redes sociais, possibilitando que a disseminação de conteúdos falsos fosse usada como estratégia política para convencer ideologicamente determinados grupos e para atacar a imprensa e seus profissionais, principalmente mulheres, para as quais as agressões são muitos mais violentas do que aquelas destinadas aos jornalistas homens. A violência, no entanto, torna-se muito mais massiva quando representantes eleitos pelo povo a executam e normalizam,

possibilitando que grupos da sociedade, incomodados com as investigações, usem da violência para tentar silenciar o jornalismo. Nesse contexto, pode-se dizer que o jornalismo, atualmente, passa por um processo de readaptação devido às novas pressões que a atualidade exerce, sobretudo no ambiente digital. Esse cenário exige que profissionais da imprensa pensem novas formas de reestabelecer a credibilidade do jornalismo que, cada vez mais, é questionada frente a tantas outras fontes de conteúdo que nem sempre apresentam a verdade factual. Além disso, também é importante que a imprensa estabeleça um diálogo claro e fidedigno com os grupos da sociedade, se fazendo compreensível, confiável e persuasível nas apurações para todas as pessoas, independentemente das ideologias que elas defendam, a fim de que as *fake news* sejam gradualmente retiradas do consumo popular.

4. CAPÍTULO: METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ANÁLISE

Este capítulo abordará a metodologia utilizada na construção do trabalho, explicando o referencial teórico do trabalho e de que maneira ele será realizado. Para tal, empregamos o conceito de estudo de caso desenvolvido por Yin (2001) que será descrito detalhadamente a fim de expor os objetivos da pesquisa acerca da violência digital sofrida por Patrícia Campos Mello. Além disso, este capítulo revelará as razões pelas quais o estudo das agressões relatadas pela repórter em “A Máquina do Ódio” (2020) mostra-se relevante. Dentre as razões, resumidamente, consta a grande violência contra jornalistas brasileiros, especialmente mulheres, os riscos à democracia, a disseminação de *fake news* e as tentativas de descredibilização do jornalismo. Esses fatores, no entanto, acabam atuando de maneira unida e potencializam problemáticas que, devido à relação entre a atualidade e jornalismo, tomaram mais força.

A análise dos relatos das agressões sofridas por Patrícia Campos Mello em 2018 é essencial, além de benéfico aos acadêmicos de jornalismo, sobretudo no Brasil, país no qual a violência contra jornalistas cresceu nos últimos anos. Para a realização da análise, aplicaremos o conceito de estudo de caso desenvolvido por Yin (2010) que define o método como “uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é evidente”. Ademais, Yin (2001) também considera a metodologia adequada quando são utilizadas evidências e quando a pesquisa é mobilizada por questões investigativas que buscam responder ao “como?” e ao “por quê?”.

Yin (2001) define que os casos podem ser separados de acordo com o propósito, sendo eles descritivos, explanatórios ou exploratórios. Os limites conceituais, entretanto, podem se sobrepor um ao outro, fazendo com que, simultaneamente, um caso seja exploratório e descritivo ou exploratório e explanatório.

Acrescentando aos conceitos de Yin, Gil (2009) esclarece o significado de cada propósito de caso. O caso descritivo tem como objetivo descrever as características de grupos, comunidades, indivíduos e organizações, podendo fatos e fenômenos também serem descritos a fim de considerar o contexto no qual ocorreram. Já o caso exploratório pretende ampliar o conhecimento do pesquisador sobre determinado fenômeno, bem como também pode ser usado para criar proposições e teorias sobre testes futuros. O

caso explanatório, por sua vez, busca determinar a causa de fenômenos e é muito utilizado para testar teorias.

Yin (2001) classificou os casos segundo a função por ele desempenhada:

1. Caso decisivo: aquele que satisfaz as condições para testar uma teoria.
2. Caso raro ou extremo: aquele onde encontra-se condições muito especiais.
3. Caso revelador: aquele que o fenômeno a ser estudado era inacessível à investigação científica.
4. Outras situações: quando o caso é a introdução ou caso piloto de um caso múltiplo. Benbasat, Goldstein e Mead (1987) acrescentam ao afirmarem que o estudo de caso único ajuda mais na criação de teorias e no teste delas.

Yin (2001) ressalta a versatilidade do estudo de caso como um de seus mais importantes aspectos metodológicos, pois possibilita que uma grande variedade de evidências como documentos, artefatos, entrevistas e observações sejam analisadas. Dessa forma, o trabalho atende à orientação do autor ao investigar como ataques digitais contra mulheres jornalistas buscam silenciá-las e desacreditar a imprensa através dos relatos de Patricia Campos Mello. O autor também afirma que o estudo de caso pode ter quatro finalidades: explicar vínculos causais, descrever uma intervenção e o contexto na qual está inserida, ilustrar determinados tópicos de modo descritivo ou jornalístico ou explorar situações quando a intervenção avaliada não apresenta resultados claros.

Para Yin (2001), a principal motivação para realizar um estudo de caso é compreender fenômenos sociais complexos sobre os quais o pesquisador tem pouco controle, realizando uma investigação que preserve as características e significados dos eventos na vida real. Essa investigação abre espaço para estratégias de pesquisas diferentes, cada qual com sua forma de coletar e analisar provas empíricas e com suas vantagens e desvantagens. Yin (2001) define que há cinco estratégias de realização de um estudo de caso, sendo elas:

1. Experimento: tem como principais questionamentos o “como?” e o por quê?” sobre acontecimentos contemporâneos e exige controle do pesquisador sobre os eventos.

2. Levantamentos: tem como principais questionamentos o “quem?”, “o quê?”, “onde?”, “quantos?” e “quanto?” sobre acontecimentos contemporâneos, mas não exige controle do pesquisador sobre os eventos.
3. Análise de arquivos: tem como principais questionamentos “quem?”, “o que?”, “onde?”, “quantos?” e “quanto?” e pode ser utilizado para acontecimentos contemporâneos ou não, bem como não exige controle do pesquisador sobre os eventos.
4. Pesquisa histórica: tem como principais questionamentos o “como?” e o “por quê?” sobre acontecimentos que não são contemporâneos e não exige controle do pesquisador sobre os eventos.
5. Estudo de caso: tem como principais questionamentos o “como?” e o “por quê?” sobre acontecimentos contemporâneos e não exige controle do pesquisador sobre eventos comportamentais.

A análise dos ataques sofridos por Patrícia Campos Mello e relatados em “A Máquina do Ódio (2020) será norteadada pela estratégia do estudo de caso, buscando responder ao “como?” (de que forma os ataques ocorreram) e ao “por quê?” (quais foram as motivações dos ataques). Ademais, no estudo de caso pretende-se determinar se o caso enfrentado pela repórter se enquadra como decisivo, raro/extremo ou revelador, tendo como fator determinante a massividade e a intensidade das agressões.

4.1 - O RECORTE DE PATRÍCIA CAMPOS MELLO

Estudar o caso de Patrícia Campos Mello também é útil para descrevermos como a violência contra jornalistas, sobretudo mulheres, ameaça à democracia. O Artigo 5º da Constituição Federal garante aos cidadãos o direito de acessar informações de todas as esferas do governo, mas, sem um jornalismo independente e que apure informações com qualidade, esse direito é ameaçado. Essa realidade reforça o conceito desenvolvido por Carvalho e Berti (2019) que afirma que o jornalismo e a democracia não existem um sem o outro, construindo uma relação simbiótica. Grandinetti (1999) vê a democracia como um governo no qual o poder reside no povo que, por sua vez, escolhe representantes. Ao não permitir que a sociedade se informe, ela é prejudicada por não poder fazer escolhas com consciência das consequências desencadeáveis. Dessa forma, é possível afirmar que, frente às tentativas de oprimir e desacreditar a imprensa, o

povo é o maior afetado ao enfrentar a possibilidade de perder parcial ou totalmente um direito constitucional.

Ademais, a violência enfrentada por Patrícia Campos Mello, em 2018, teve como ferramenta essencial a disseminação de *fake news* sobre o perfil profissional da repórter, sobre sua vida pessoal e sobre a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro. O estudo desse caso permite analisar o funcionamento das notícias falsas enquanto manipuladoras da opinião política pública e como instrumento de assassinato da reputação de repórteres. Conhecendo melhor o funcionamento das *fake news* e seu potencial estratégico, jornalistas poderão elaborar estratégias de combate à desinformação, principalmente quando propulsionadas por influentes figuras políticas.

O objeto de análise deste trabalho será o capítulo “Assassinato de reputações, uma nova forma de censura, do livro “A Máquina do Ódio”, no qual Patrícia Campos Mello relata os ataques sofridos. A obra, no entanto, não apresenta todos os ataques que a repórter sofreu, haja vista que as agressões relatadas foram selecionadas pela autora por serem, na opinião dela, as mais relevantes e produtivas para formar uma reflexão. Essa seleção feita pela Patrícia Campos Mello faz com que a análise deste trabalho tenha pontos cegos por se restringir ao que foi retratado no livro, tornando-a menos abrangente. Esse trecho da obra expõe diversas ferramentas que apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro usaram para atacar a dignidade de Patrícia Campos Mello com o intuito de a desacreditar enquanto repórter e silenciá-la através do amedrontamento.

A autora inicia o capítulo destacando como as *fake news* são usadas como ferramentas de agressão contra mulheres. Com base no relato mentiroso de Hans River na CPMI dizendo que Patrícia ofereceu sexo em troca de informação, muitos internautas usaram a temática sexual como forma de constranger e ofender a jornalista. Disseminando mentiras cujo principal objetivo era expô-la ao ridículo e ao vexatório, usuários das redes vulgarizavam o trabalho ao sexualizarem o perfil profissional de Patrícia.

A repórter também aborda como as agressões disseminadas por *fake news* baseiam-se na construção e consolidação histórica da violência de gênero. No discurso da autora é possível encontrar aspectos de esclarecimento sobre como a violência contra mulheres jornalistas atua tentando silenciá-las e, ao mesmo tempo, como validação de

um processo histórico de opressão de um gênero sobre o outro no qual a anulação da criticidade é o objetivo principal. Patrícia Campos Mello (2020, p. 101) esclarece:

A preferência por atacar mulheres está visceralmente associada a preconceitos ancestrais. Parte dos apoiadores de líderes populistas gosta de poder se libertar do politicamente correto e se deleita com essa “licença” para dar vazão a um machismo incrustado, que muitas vezes acomete também as mulheres — é uma espécie de catarse.

Patrícia também afirma que as ofensas, ao serem proferidas por Jair Bolsonaro, seus familiares e por influentes políticos, normaliza e potencializa a misoginia no país. Esse cenário de agressões constantes promove insegurança no trabalho e na vida pessoal, uma vez que as repórteres são ameaçadas e submetidas a incertezas sobre a própria integridade física.

Sinteticamente, o capítulo “Assassinato de reputações, uma nova forma de censura” é uma amostra empírica da violência digital contra jornalistas brasileiros, especialmente mulheres. Patrícia Campos Mello forneceu nessa seção do livro o seu relato pessoal e os ataques selecionados por ela. Ao mesmo tempo que descreve as agressões enfrentadas, a repórter estabelece a conexão com diversos outros assuntos pertinentes à atualidade do jornalismo brasileiro, dentre eles: disseminação de *fake news*, ataques à democracia, tentativas de desacreditização da imprensa, ameaças à integridade física e moral de jornalistas e a sexualização de repórteres mulheres. O capítulo, então, configura-se não apenas como um arquivo de relato, mas também como um instrumento de relação entre diversos tópicos importantes que constituem o cenário informacional e jornalístico do Brasil.

A massividade e a intensidade das agressões aumentam muito quando reverberada por pessoas, na maioria homens, com grande poder de influência. Patrícia Campos Mello, a fim de esclarecer o contexto misógino enfrentado pelo Brasil, faz uma comparação entre as dificuldades de se cobrir pautas políticas nacionais e as dificuldades de reportar informações de outros países que se encontram em conflito, tais como Síria, Líbia, Iraque, Afeganistão e Serra Leoa. Ela compartilha que ser mulher já a ajudou várias vezes a cobrir pautas fora do Brasil, pois poderia se comunicar com mais facilidade em países de regime conservador, onde mulheres têm direitos cerceados por homens, e por ser considerada “café com leite” – um preconceito que ela diz reverter em favor próprio – ao não ser vista como ameaçadora, isso possibilita que ela transite em locais de difícil acesso. Em oposição a esse contexto, a repórter revela que no Brasil as

jornalistas têm se tornado alvos de ataques devido à violência de gênero. Patrícia (2020, p.14), com base em uma experiência pessoal, esclarece os cuidados extras que repórteres brasileiras precisam ter:

Cobri o conflito na Líbia em Sirte, no front contra o Estado Islâmico. Fiz coberturas da guerra na Síria, no Iraque e no Afeganistão. Nunca tive guarda-costas. Estava em São Paulo, e precisava de segurança.

A repórter também deixa claro como esses ataques são estruturais e padronizados ao citar os casos de outras jornalistas agredidas, tais como Talita Fernandes, Vera Magalhães, Marina Dias, Constança Rezende, Míriam Leitão. Todas foram vítimas de *fake news* e ataques sexualizados que miravam na dignidade delas enquanto mulher, tendo como objetivo a desacreditização e o silenciamento.

O discurso de Patrícia Campos Mello, no entanto, apresenta contradições. O livro “A Máquina do Ódio” é, com certeza, uma crítica à misoginia brasileira, especialmente quando aplicada a repórteres mulheres e quando produzida por influentes figuras políticas. Apesar desse nítido e consistente posicionamento, a autora tem características misóginas no próprio discurso como ao falar que ser “café com leite” ajudava nas coberturas. Ao dizer isso, Patrícia amenizou a desconsideração que muitas pessoas têm sobre as mulheres, enxergando-as como menos capazes de apurar e receberem destaque jornalístico, culminando na possibilidade de fontes não compartilharem informações importantes com ela por a considerarem menos relevante. “Café com leite” é uma expressão utilizada para designar pessoas cuja participação em uma atividade não tem valor ou representação e a autora apontou essa característica como benéfica às mulheres, esquecendo-se que julgar mulheres menos capazes apenas por serem mulheres também é misoginia.

Além disso, Patrícia Campos Mello ignora que, em muitas situações, ser mulher é condição de risco. Em situações de guerra, por exemplo, mulheres comumente são alvos de opressão e violência, sendo utilizadas, inclusive, como meios de opressão de um exército sobre o outro. A autora croata e feminista Vesna Kesić (2002) afirma que, durante guerras, a violência contra as mulheres é tão normalizada que só é notada e só se torna tema de discussão quando o abuso alcança níveis extremos. Ela acrescenta dizendo que, em situações de conflito, os estupros chegam a ser estratégias de guerra que podem ter como objetivo o genocídio da nação inimiga e limpeza étnica. Patrícia Campos Mello esqueceu-se de que repórteres mulheres, ao adentrarem em territórios

conflituosos, se sujeitam aos perigos impostos por eles e arriscam suas vidas em busca da informação.

A crítica aqui estabelecida a Patrícia Campos Mello não é, de forma alguma, sobre a qualidade de seu trabalho ou uma dúvida acerca de seus relatos. A crítica atribui-se às limitações do discurso de seu livro “A Máquina do Ódio” em alguns trechos do capítulo “Assassinato de reputações, uma nova forma de censura”. Essas limitações fizeram com que a autora desconsiderasse a misoginia estrutural, dando a ela o disfarce de pequenos benefícios à apuração jornalística feita por mulheres. Após essa análise, pode-se dizer que os contextos apontados por Patrícia Campos Mello fazem sentido, mas são arriscados e limitados, pois disfarçam o cerne do real problema e ignoram os perigos trazidos por ele.

Outro ponto importante abordado pela autora é a formação de uma rede de apoio em favor dela quando foi vítima das agressões. Pessoas que defendiam a dignidade dela enquanto repórter e mulher eram, majoritariamente, jornalistas mulheres, embora homens também se posicionaram contra a violência. Uma das características mais interessantes da formação dessa rede de apoio trata-se da sensatez manifestada inclusive por apoiadores de Bolsonaro que desaprovaram a truculência do então presidente e de seus eleitores. Um dos bolsonaristas disruptivos foi o apresentador José Luiz Datena. Patrícia Campos Mello (2020, p. 98) cita o posicionamento dele: *“Eu gosto do presidente como pessoa, não abro mão da amizade dele, mas acho que, como Presidente da República, ele tem que respeitar os brasileiros”*.

Neste capítulo do livro, no qual ela relata os ataques sofridos e que serão analisados no capítulo seguinte deste trabalho, a autora reflete sobre como as táticas de silenciamento e descredibilização de jornalistas mulheres são, na verdade, reflexos históricos da opressão de gênero. Ela conclui pontuando que essas táticas não têm barreiras de aplicação, uma vez que diversos governos extremistas ao redor do mundo e hostis à mídia usam das mesmas técnicas para sufocar a imprensa e os profissionais dela.

O livro “A Máquina do Ódio” foi selecionado para análise devido a possibilidade de analisar o discurso da autora e, sobre ele, fazer uma crítica. Ao mesmo tempo, o livro exemplifica e esclarece de que maneira a violência digital atinge jornalistas, principalmente mulheres. Os ataques relatados pela repórter garantem a

compreensão das especificidades da violência de gênero contra jornalistas, pois mostram como os ataques direcionados a Patrícia pretendem expô-la ao ridículo e ao vexatório a fim de ferirem a dignidade dela enquanto mulher e profissional. Os critérios que possibilitarão a categorização dos ataques seguem a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2007, p. 44). Ela define análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

O método de análise de conteúdo consiste, sob um olhar mais genérico, em três etapas descritas por Laurence Bardin (2007, p. 125-132):

1. Pré-análise;
2. Exploração do material;
3. Tratamento dos resultados.

A primeira fase consiste na organização e preparação operacional do material de investigação, ou seja, a escolha e a demarcação do texto que será analisado e quais partes dele. A segunda trata-se da descrição analítica do conteúdo do texto e da avaliação do material para a extração de indicadores úteis ao objetivo e significação do texto, apresentando tudo o que foi interpretado e extraído dos conteúdos analisados.

Bardin (2007) esclarece que a análise de conteúdo deve ser utilizada quando uma abordagem investigativa demanda sistematização de conteúdo para a interpretação e inferência de significados. Ademais, uma das qualidades metodológicas a respeito da análise de conteúdo é a vasta aplicabilidade, pois diversos tipos de documentos podem ser analisados e torna possível a exploração interpretativa de documentos de maneiras sistematizada, podendo extrair inventários estatísticos de estruturas textuais como palavras, temas e classes de sentido.

Dessa maneira, a análise de conteúdo proposta por Bardin (2007) mostra-se harmônica quando atrelada à abordagem da violência de gênero contra jornalistas mulheres, especialmente ao estudarmos especificamente o caso de Patrícia Campos Mello. Isso ocorre porque Bardin (2007) define o método de análise de conteúdo como essencialmente empírico, característica essa que também se aplica à onda de violência destinada à repórter em 2018. Ademais, os ataques sofridos por Patrícia fornecem conteúdo para uma vasta análise sobre violência de gênero, violência digital,

descredibilização do jornalismo e ataques à democracia. Ao unir os relatos da violência enfrentada por Patrícia e relatadas em “A Máquina do Ódio” (2020) com a metodologia da análise de conteúdo, é possível descrever empiricamente problemáticas do atual jornalismo brasileiro e fazer conclusões sobre ele.

As perguntas que nortearão este estudo de caso foram elaboradas a fim de descrever os ataques sofridos por Patrícia Campos Mello e categorizar a violência digital. Ao todo, foram elaboradas oito perguntas desenvolvidas com base no referencial teórico de Laurence Bardin (2007) e de Kebian (2022):

1. O ataque foi proferido por uma personalidade relevante na política?
 - 1.1 Quem foi a personalidade?
2. Qual rede social foi utilizada para promover o ataque?
 - 2.1 O ataque era direcionado somente a ela ou também à Folha de São Paulo?
3. Os ataques sexualizavam a repórter?
 - 3.1 Qual termo utilizado demonstra essa sexualização?
4. Os ataques utilizavam alguma edição digital?
5. Os ataques eram baseados em *fake news*?

Algumas perguntas, no entanto, são fechadas. Ou seja, apenas um “sim” ou “não” responderia a pergunta. A fim de tornar as respostas mais úteis, esclarecedoras e empíricas, os trechos do livro necessários para responder detalhadamente poderão ser citados e comentados.

A partir das respostas coletadas, uma categorização sobre elas será realizada. Essa categorização terá novas perguntas como ponto de origem a fim de realizar conclusões gerais acerca do material extraído na etapa anterior. As novas perguntas serão:

1. Quem foi o agressor que mais fez ataques?
 - 1.1 Quantos ataques ele fez?
2. Qual foi a rede social mais utilizada?
3. Quais foram os termos de sexualização utilizados?
 - 3.1 Qual foi o termo mais utilizado?
4. Como a manipulação digital foi usada para atacar Patrícia?
5. Em quais *fake news* os ataques eram baseados?

Dessa maneira, o estudo de caso a ser feito no próximo capítulo pretende descrever o funcionamento da violência digital como tentativa de assassinato de reputação de jornalistas, principalmente mulheres, e de descredibilização do jornalismo. Cabe ressaltar que, no entanto, esse é o caso particular de violência digital enfrentado por Patrícia Campos Mello, dentre outros registrados contra repórteres mulheres no Brasil. Ademais, por ser uma análise dos relatos contidos no livro, a limitação torna-se maior, pois restringe-se aos aspectos compreendidos pela autora como mais pertinentes e relevantes. Assim sendo, conclui-se que “A Máquina do Ódio” (2020) é uma obra de grande relevância para a discussão, principalmente brasileira, acerca de violência digital contra jornalistas, e que a análise dela é produtiva e necessária, mas com limitações.

5. CAPÍTULO: ANÁLISE DOS ATAQUES SOFRIDOS POR PATRÍCIA CAMPOS MELLO E RELATADOS EM “A MÁQUINA DO ÓDIO”

Este capítulo analisará os ataques sofridos por Patrícia Campos Mello que foram relatados no livro “A Máquina do Ódio” (2020). Todos os ataques analisados foram retirados do capítulo 02 do livro, denominado “Assassinato de reputações, uma nova forma de censura” e, ao todo, foram contabilizados 17 ataques. Nesse trecho, a repórter relata ataques misóginos e políticos que sofreu em 2018 após a publicação da reportagem “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp”. O objeto de estudo, então, foi selecionado a partir da obra da repórter e não diretamente das redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, permitindo que, além das agressões, o discurso de Patrícia também seja analisado. Cabe ressaltar, no entanto, que a análise é limitada quantitativamente devido à seleção de ataques feita pela autora, ou seja, as agressões apresentadas no livro foram apenas o recorte de um contexto maior. Em palavras mais nítidas, as agressões que Patrícia Campos Mello selecionou para expor no livro são as consideradas relevantes por ela e são exemplos breves retirados de uma onda massiva de violência digital que ela enfrentou e, indo mais além, de um contexto ainda maior de violência digital que ocorre contra as jornalistas brasileiras.

Esses ataques foram escolhidos para serem analisados devido à atualidade, importância e emergência acerca da violência digital contra jornalistas, principalmente contra as profissionais mulheres. O livro “A Máquina do Ódio” (2020) é uma obra que colabora para a compreensão comunitária desse assunto e, com exemplos, mostra a gravidade e a misoginia representada e os riscos reais aos quais as jornalistas e a imprensa são submetidas nesse contexto. Os ataques relatados por Patrícia Campos

Mello representam um vislumbre de uma problemática social que vai além de ser prejudicial aos profissionais da imprensa, pois atinge o direito de se informar garantido aos cidadãos pela Constituição Federal e, dessa forma, compõem um cenário hostil ao exercício da democracia. Nos demais capítulos do livro, a autora esclarece como o assassinato de reputação de jornalistas foi usado para sufocar a mídia e, gradualmente, instaurar o fascismo político em outros países.

A pretensão principal dessa análise é, através do conteúdo apresentado, compor um objeto de estudo que represente como a violência de gênero atravessa a violência contra jornalistas mulheres e como as agressões apresentam características misóginas. Embarcando no campo prático, este TCC pretende promover uma discussão, principalmente entre as acadêmicas de jornalismo, acerca dos métodos digitais usados para atacar a dignidade das profissionais almejando a desacreditação delas e da imprensa, sobretudo em momentos sociais e políticos que tornam a figura do jornalista mais vulnerável.

Este trabalho também reconhece que, embora Patrícia Campos Mello considere que os perfis das redes sociais representem pessoas verdadeiras, não é possível afirmar com certeza. Esse posicionamento parte do princípio de que as redes sociais permitem a criação de contas *fakes*¹⁴ construídas por pessoas que querem esconder a própria identidade, mas que também querer continuar navegando na internet, e de robôs (bots) que exercem uma interação automatizada. A partir desse ponto, entendemos que, sendo um ser humano ou um bot por trás das telas, ambos expressam a movimentação humana a fim de atacar Patrícia Campos Mello e sustentar a ecologia misógina que se estende ao mundo virtual. Todos os ataques, então, atuam como estimulantes a novos ataques pois, ao gerarem identificação entre pessoas de mesma opinião, normalizam o ódio e a violência contra jornalistas mulheres.

Cabe ressaltar, entretanto, que alguns ataques são mais graves do que outros. Pode-se concluir que o que define a gravidade do ataque passa pela relevância de quem o fez – especialmente na política – e pela agressividade do ataque ao usar termos violentos para denegrir a imagem de Patrícia. Para explicar melhor a ideia, cabe o exemplo do ataque proferido por Jair Bolsonaro em 2020 ao dizer que a jornalista queria

¹⁴ O conceito de contas *fakes* se refere a falsas identidades construídas na internet, seja por pessoas ou por robôs automatizados.

“dar o furo” para conseguir informações sobre ele. Por ser o presidente da república na época, o discurso dele tinha um grande alcance e muita influência e, assim sendo, ofender uma repórter durante uma coletiva de imprensa – sendo a acusação inverídica – colaborava para a normalização da violência contra a mulher no Brasil, além de promover a onda de ataques que se destinou à Patrícia Campos Mello que ameaçavam a dignidade e a integridade dela. Partindo desse raciocínio, entende-se que quanto mais relevante e influente for a personalidade produzindo violência contra jornalistas brasileiras, mais essa violência tende a ser normalizada, disseminada e intensificada.

A análise, então, será guiada com base nas perguntas apresentadas no capítulo anterior. Essas perguntas conduzirão a metodologia do trabalho a fim de inferir conhecimentos dos relatos de ataques sofridos pela autora, bem como possibilitarão que o discurso de Patrícia também seja analisado. Este trabalho teve como base metodológica a monografia “Ela queria dar o furo: a violência digital contra jornalistas mulheres como estratégia de desinformação”, de Giovana Braga Kebian (2022), que também tem como temática a violência digital contra jornalistas mulheres e as maneiras com as quais as agressões objetivam a descredibilização do jornalismo e o silenciamento das profissionais. Para o desenvolvimento metodológico, este TCC unirá o conceito de estudo de caso de Yin (2001) ao conceito de análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (2007). Cabe destacar que Kebian (2022), a autora da monografia utilizada como modelo para este trabalho, também realizou essa união metodológica e alcançou resultados de análise satisfatórios.

O estudo de caso de Yin (2001) atende aos requisitos deste trabalho porque usa as perguntas “quem?”, “como?”, “quanto?” e “por quê?” como norteadoras metodológicas – o que se assemelha ao *lead* jornalístico. A resposta para os questionamentos abre espaço para discussões acerca dos resultados encontrados e permite que o trabalho desenvolva-se ainda mais podendo, inclusive, encontrar conteúdos que fomentem análise e discussão em trabalhos posteriores. Dessa forma, os passos iniciais para a aplicação do estudo de caso são:

1. Levantamento bibliográfico e revisão de literatura
2. Coleta dos ataques relatados no capítulo “Assassinato de reputações, uma nova forma de censura”.
3. Categorização dos ataques.

Por tratar-se de uma análise crítica, o método de análise de conteúdo de Bardin (2007) também se mostra produtivo para o trabalho ao auxiliar a compor a criticidade, já que, para realizar uma análise de conteúdo, é necessária uma inferência de sentidos de um objeto de estudo sistematizado. A sistematização, por sua vez, foi feita na primeira parte da análise com o estudo de caso de Yin (2001). Dessa forma, a análise de conteúdo de Bardin (2007) iniciará na segunda parte da análise, na qual serão feitas conclusões gerais sobre os ataques relatados e sobre o discurso de Patrícia Campos Mello. Conforme Bardin (2007), após coletar o material, é necessário decodificá-lo por recorte, agregação e enumeração, permitindo atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão; susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto. Assim sendo, após a coleta do material – que neste trabalho será feita por tópicos – é possível discutir acerca dos resultados obtidos e apresentar conclusões. Nesta etapa de decodificação, então, o método de análise de conteúdo abre espaço para a criticidade acerca do discurso de Patrícia Campos Mello e dos ataques que ela recebeu e relatou no livro “A Máquina do Ódio”.

5.1 – ANÁLISES INDIVIDUAIS

- **Análise do relato nº1 de ataque:**

O relato:

“O vídeo se chama “Jornalista da Folha”.

Uma prostituta se aproxima de um carro e se debruça na janela do passageiro para abordar o motorista.

“Bora se divertir, gato?”, ela diz.

“Quanto é que você está cobrando?”, o motorista pergunta.

“Depende do que você quiser, meu amor.”

“Você faz serviço completo?”

“Experimenta, depois você me fala.”

“Tá ótimo... eu só preciso de um furo... um furinho pra mim tá bom.”

“Eu tenho três, meu amor, escolhe o que você quiser.”

“Sou eu que escolho, é, sua safada?”

“É... Fala aí, qual dos furos você vai querer, hein?”

“Eu quero um furo de reportagem, sua safada...Um furinho bem gostoso... Você só manipula notícia ou você também cria notícia falsa do zero? Uma outra coisa que eu também estou precisando é de uma fonte falsa, aquela que inventa história mesmo e se for preciso ela até vai depor se for intimada.”

A prostituta faz cara de ofendida.

“Como é que é?”

“Furo de reportagem, fake news, quanto é que você está cobrando?”

“Eu não faço esse tipo de coisa.”

“Você não é jornalista da Folha?”

A prostituta fica ultrajada.

“Do que é que você me chamou?”

“Jornalista da Folha.”

“Olha aqui, eu sou prostituta, seu babaca. Jornalista da Folha? Era só o que me faltava. O meu trabalho é um trabalho digno, eu não destruo a vida das pessoas! Serviço completo, né? Agora eu estou entendendo, serviço completo. Eu faço, sim, serviço completo, mas isso eu não faço, porque eu tenho dignidade, seu idiota! Sai daqui!”

Esse vídeo, postado em fevereiro de 2020, teve mais de 278 mil visualizações no canal Hipócritas do YouTube, com 803 mil inscritos. Em uma das dezenas de páginas bolsonaristas no Facebook, a do Movimento Conservador, foram 615 mil visualizações.

Análise individual:

O relato:

O ataque não foi proferido por uma personalidade relevante na política, no entanto, foi publicado por páginas da *internet* com grande visibilidade e influência.

O ataque foi promovido no *Facebook* e no *YouTube* e foi direcionado à Patrícia e à Folha de S. Paulo.

O ataque sexualizou a repórter e os termos usados foram “prostituta”, “furo”, “furinho”, “furos”, “safada”, “furinho bem gostoso” e “serviço completo”.

O ataque usava edição digital para inserir o rosto de Patrícia em uma cena que simula a prostituição.

O ataque foi baseado em *fake news*.

- **Análise do relato nº2 de ataque:**

O relato:

“Em fevereiro de 2020, várias imagens ofensivas como esse vídeo começaram a circular nas redes sociais. Em uma delas, uma mulher aparece nua, de pernas abertas, em cima de uma pilha de notas de dólar”.

Análise individual:

O ataque não foi proferido por uma personalidade relevante na política, mas sim publicado aleatoriamente por usuários da internet.

A rede social usada não foi especificada. Dessa vez, apenas Patrícia foi o alvo, pois o ataque não mencionou a Folha de S. Paulo.

O ataque sexualizava Patrícia, colocando-a nua sobre o dinheiro. Os termos que demonstram essa sexualização são “nua” e “de pernas abertas”.

O ataque usou edição digital para fazer uma montagem fotográfica na qual Patrícia aparece nua sobre uma pilha de dólares.

O ataque foi baseado em *fake news*.

- **Análise do relato nº3 de ataque:**

O relato:

“Em outra, o rosto dessa mesma mulher aparece com a legenda: ‘Folha da Puta — tudo por um furo, você quer o meu? Patrícia, Prostituta da Folha de S.Paulo — troco sexo por informações sobre Bolsonaro’”.

Análise individual:

O ataque não foi proferido por uma personalidade relevante na política.

A rede social utilizada não foi especificada. Patrícia Campos Mello e a Folha de S. Paulo foram alvos do ataque.

O ataque sexualizou a repórter e isso é demonstrado pela utilização dos termos “Folha da Puta”, “tudo por um furo”, “você quer o meu?”, “Prostituta da Folha de S. Paulo” e “troco sexo por informações sobre Bolsonaro”.

O ataque usava edição digital para inserir o rosto de Patrícia no corpo de uma mulher que era usada com frequência para associar a repórter à prostituição.

O ataque era baseado em *fake news*.

- **Análise do relato nº4 de ataque:**

O relato:

“E tem uma em que essa mulher — sempre a mesma — aparece com a frase: “Ofereço o cuzinho em troca de informação sobre o governo Bozo”.

Análise individual:

O ataque não foi proferido por uma personalidade relevante na política.

A rede social usada para promover o ataque não foi especificada e, dessa vez, usou apenas a imagem de Patrícia.

O ataque sexualizava a repórter. Os termos utilizados que demonstram isso foram “ofereço o cuzinho em troca de informação sobre o governo Bozo”.

O ataque não usou edição digital.

O ataque foi baseado em *fake news*.

- **Análise do relato nº5 de ataque:**

O relato:

“Eu vou deixar mais claro, mas muito mais claro, porque eu acho que eu não fui muito direto nessa situação da jornalista. Ela queria sair comigo e eu não dei interesse para ela. Ela parou na porta da minha casa e se insinuou para entrar na minha casa, com o propósito de pegar a matéria. Ela se insinuou para entrar, e eu ainda falei que não podia entrar na minha casa. Ela queria ver o meu computador, que inclusive eu trouxe para cá. Não está aqui, eu trouxe para o flat em que a gente está. E quando eu cheguei na Folha de S.Paulo, quando ela escutou a negativa, o distrato que eu dei e deixei claro que não fazia parte do meu interesse, a pessoa querer um determinado tipo de matéria a troco de sexo, que não era a minha intenção, que a minha intenção era ser ouvido a respeito do meu livro, entendeu?”.

Análise individual:

O ataque foi proferido por Hans River que, embora não ocupasse um cargo político, era relevante politicamente por estar prestando depoimento da CPMI das *fake news* e foi o responsável por disseminar a mentira de que Patrícia ofereceu sexo a fim de convencê-lo a trocar informações sobre Bolsonaro. A agressão de Hans desencadeou diversos ataques digitais oriundos de cidadãos de diversos locais do Brasil revoltados contra a repórter.

O ataque não foi feito por rede social, mas sim na CPMI das *fake news*. Nesse discurso, Hans River se referência somente à Patrícia.

O ataque sexualizava a repórter e isso é demonstrado na utilização dos termos “se insinuou” e “querer um determinado tipo de matéria a troco de sexo”.

O ataque não utilizou edição digital.

O ataque foi baseado em *fake news*.

- **Análise do relato nº6 de ataque:**

O relato:

“Nada disso importou. O deputado Eduardo Bolsonaro logo tratou de espalhar todas essas calúnias. Fez vídeo ecoando a mentira e postou nas redes sociais.

Reproduziu as ofensas de Nascimento em diversos comentários em sua conta do Twitter, que tem 2 milhões de seguidores. Fez questão de subir na tribuna da Câmara dos Deputados e dizer, enquanto era filmado: “Eu não duvido que a sra. Patrícia Campos Mello, jornalista da Folha, possa ter se insinuado sexualmente, como disse o sr. Hans, em troca de informações para tentar prejudicar a campanha do presidente Jair Bolsonaro”.

Análise individual:

O ataque foi proferido pelo deputado Eduardo Bolsonaro, uma personalidade relevante na política.

Eduardo Bolsonaro usou o *Twitter* para reproduzir as falsas acusações de Hans River. O ataque foi direcionado principalmente à Patricia, mas, ao dizer que não duvida que ela possa ter se insinuado sexualmente, ele submete as profissionais do veículo a um estereótipo.

O ataque sexualizou a repórter, sendo isso demonstrado através do uso dos termos “possa ter se insinuado sexualmente [...] em troca de informações”.

O ataque não usou edição digital.

O ataque foi baseado em *fake news*.

- **Análise do relato nº7 de ataque:**

O relato:

“Passados sete dias, quando mais provas haviam sido publicadas comprovando as mentiras da testemunha, o presidente Bolsonaro levantou o assunto, sem sequer ser perguntado, em uma das coletivas improvisadas na frente do Palácio da Alvorada. “Ela [repórter] queria um furo. Ela queria dar o furo”, afirmou, diante de um grupo de simpatizantes. Após uma pausa para as risadas dele e dos apoiadores, o ex-capitão concluiu a frase: “A qualquer preço contra mim”.

Análise individual:

O ataque foi proferido por Jair Bolsonaro, uma personalidade relevante na política.

O ataque foi feito durante uma coletiva de imprensa, não sendo publicado, naquele momento, nas redes sociais de Bolsonaro. A agressão foi direcionada somente à Patrícia Campos Mello.

O ataque sexualizava a repórter através do uso do termo “ela queria dar o furo”.

O ataque não usou edição digital.

O ataque foi baseado em *fake news*.

- **Análise do relato nº8 de ataque:**

O relato:

“Você tava querendo dar a buceta para ver o notebook do cara kkkkkkk então você chupa piroca por fontes?”, dizia um usuário do Facebook chamado Bruno Pires, que, segundo sua conta na rede social, estudou direito na Universidade de Rio Verde”.

Análise individual:

O ataque não foi proferido por uma personalidade relevante na política, mas sim por um usuário aleatório da internet

A rede social usada para promover o ataque foi o *Facebook* e não mencionava a imagem da Folha de S. Paulo, apenas de Patrícia.

O ataque sexualizou a repórter através dos termos “dar a buceta” e “chupa piroca”.

O ataque não usou edição digital.

O ataque era baseado em *fake news*.

- **Análise do relato nº9 de ataque:**

O relato:

“‘Putá do caralho, por que você não libera seus comentários? Quem tem cu, tem medo’, disse um Luciano Marrtins, de Santo André, em mensagem enviada por Facebook”.

Análise individual:

O ataque não foi proferido por uma personalidade relevante na política, mas sim por um usuário aleatório da internet.

A rede social usada para promover o ataque foi o *Facebook* e não mencionou a Folha de S. Paulo, sendo destinado apenas à imagem de Patrícia.

O ataque sexualizou a repórter com o termo “puta do caralho”.

O ataque não usou edição digital.

O ataque foi baseado em *fake news*.

- **Análise do relato nº10 de ataque:**

O relato:

“Linda, deixa te perguntar, você raspa os pelinhos?’ Essa foi a mensagem de uma pessoa identificada como Gilberto Veiga, que em seu perfil no Facebook tinha uma foto da mulher com o filho pequeno”.

Análise individual:

O ataque não foi proferido por uma personalidade relevante na política, mas sim por um usuário aleatório da internet.

A rede social usada para promover o ataque foi o *Facebook*. O ataque mencionava apenas Patrícia.

O ataque sexualizou a repórter com o uso do termo “você raspa os pelinhos?”.

O ataque não usou edição digital.

O ataque foi baseado em *fake news*.

- **Análise do relato nº11 de ataque:**

O relato:

“Até um legislador, eleito pelo povo brasileiro, sentiu-se autorizado a ofender. ‘Se você acha que está na pior, lembre-se da jornalista da Folha de SP que oferece

SEXO em troca de alguma matéria para prejudicar Jair Bolsonaro. Depois de hoje, vai (sic) chover falsos informantes pra cima desta senhora. Força, coragem e dedicação Patrícia, você vai precisar’, disse em sua conta oficial do Twitter o deputado André Fernandes, do Ceará”.

Análise individual:

O ataque foi proferido por uma personalidade relevante na política, o então deputado do Ceará André Fernandes.

A rede social utilizada para promover o ataque foi o *Twitter*. O ataque foi direcionado à Patrícia Campos Mello, mas, ao dizer que uma repórter da Folha de S. Paulo oferece sexo em troca de informação, o deputado também manchou a imagem do veículo de comunicação.

O ataque sexualizou a repórter com o termo “oferece sexo em troca de alguma matéria”.

O ataque não usou edição digital.

O ataque foi baseado em *fake news*.

- **Análise do relato nº12 de ataque:**

O relato:

“E aí, putinha da Folha, kkkkk, cuidado ao oferecer o furico’, disse o usuário matheus.schuler, no Instagram”.

Análise individual:

O ataque não foi proferido por uma personalidade relevante na política, mas sim por um usuário aleatório da internet.

A rede social usada para promover o ataque foi o *Instagram*. Além de Patrícia, a Folha de S. Paulo também foi atacada.

O ataque sexualizava a repórter através dos termos “putinha da Folha” e “cuidado ao oferecer o furico”.

O ataque não usou edição digital.

O ataque foi baseado em *fake news*.

- **Análise do relato nº13 de ataque:**

O relato:

“Querida dar o furo em troca de reportagens, quenga, agora quer dar uma de vítima... toma vergonha vagaba, procura outra pessoa pra vc dar esse furo, ou furico’, dizia uma mulher (!) que se identificava como PalomaSolna23 no Instagram”.

Análise individual:

O ataque não foi proferido por uma personalidade relevante na política, mas sim por um usuário aleatório da internet.

A rede social usada para promover o ataque foi o *Instagram* e foi destinado somente à Patrícia, não mencionado a Folha de S. Paulo.

O ataque sexualizava a repórter com os termos “quenga” e “vc dar esse furo, ou furico”.

O ataque não usou edição digital.

O ataque foi baseado em *fake news*.

- **Análise do relato nº14 de ataque:**

O relato:

“Um dia depois da declaração de Bolsonaro, um vereador de Belém, Joaquim Campos, não viu nada de mais em me chamar de ‘vagabunda’ em discussão na Câmara de Vereadores. Posteriormente, postou comentário em suas redes sociais: ‘Também não concordo com os vereadores de esquerda da Câmara Municipal de Belém, que ao invés de estar discutindo os problemas do município (que não são poucos), estão mais preocupados com o que o presidente Bolsonaro fala ou deixa de falar. Como também não concordo que trocar informações por sexo seja JORNALISMO’. E também escreveu em sua conta do Facebook: ‘Se me referi à tal jornalista da Folha de S.Paulo que insinuava sexo em troca de furo de reportagem, se foi ofensivo, tomaria a mesma atitude com qualquer outro profissional’”.

Análise individual:

O ataque foi proferido por uma personalidade relevante na política, o vereador de Belém Joaquim Campos.

Um dos ataques foi feito durante sessão na Câmara, outro ataque não teve a rede social na qual foi publicado especificada e o último relatado foi publicado no *Facebook*. O ataque foi destinado somente à Patrícia, mas com estereotipagem das repórteres da Folha de S. Paulo.

O ataque sexualizou as repórteres com os termos “vagabunda”, não concordo que trocar informações por sexo seja JORNALISMO” e “que insinuava sexo em troca de reportagem”.

O ataque não usou edição digital.

O ataque foi baseado em *fake news*.

- **Análise do relato nº15 de ataque:**

O relato:

“Ela queria sair comigo. Eu não tinha interesse por ela. A pessoa queria matéria a troco de sexo”.

Análise individual:

O ataque foi proferido por Hans River, uma personalidade importante, mas não na política. Ele era um dos investigados pela CPMI das *fake news*.

O ataque foi proferido durante uma sessão da CPMI das *fake news* e se destinava somente à Patrícia, não mencionando a Folha de S. Paulo.

O ataque sexualizou a repórter com os termos “a pessoa queria matéria a troco de sexo”.

O ataque não usou edição digital.

O ataque foi baseado em *fake news*.

- **Análise do relato nº16 de ataque:**

O relato:

“O depoimento do Hans River, foi final de 2018 para o Ministério Público, ele diz do assédio da jornalista em cima dele. Ela queria um furo. Ela queria dar o furo a qualquer preço contra mim”.

Análise individual:

O ataque foi proferido por Jair Bolsonaro, uma personalidade relevante na política.

O ataque não usou redes sociais pois foi feito durante uma coletiva de imprensa. Apenas Patrícia foi mencionada, não citando a Folha de S. Paulo.

O ataque sexualizava a repórter com os termos “assédio da jornalista em cima dele” e “ela queria dar o furo a qualquer preço contra mim”.

O ataque não usou edição digital.

O ataque foi baseado em *fake news*.

- **Análise do relato nº17 de ataque:**

O relato:

“Um usuário de nome Marcelo.zarife me mandou a seguinte mensagem no Instagram: ‘Todo o castigo para você é pouco!!! Uma pena que seus filhos pagarão pelos seus erros, pois serão lembrados diariamente que a mamãezinha deles não passa de uma prostituta de baixo calão’”.

Análise individual:

O ataque não foi referido por alguém relevante na política, mas sim por um usuário aleatório da internet.

A rede social usada para promover o ataque foi o *Instagram* e mencionava apenas Patrícia, não mencionando a Folha de S. Paulo.

O ataque sexualizou a repórter com o termo “uma prostituta de baixo calão”.

O ataque não usou edição digital.

O ataque foi baseado em *fake news*.

5.2 – ANÁLISE GERAL E CONCLUSÕES

Neste subcapítulo o trabalho realiza a segunda etapa da análise e a encerra. Nesta segunda etapa o objetivo é fazer uma conclusão geral acerca das informações coletadas. Este trecho do trabalho também será guiado por perguntas que foram apresentadas no capítulo anterior.

Dos 17 ataques relatados por Patrícia Campos Mello, os perfis aleatórios da internet foram os mais mencionados pela autora, totalizando 07 ataques. Cabe ressaltar que não é possível afirmar, apenas com base nos relatos da autora, que esses perfis representam pessoas verdadeiras, haja vista a possibilidade de serem contas *fakes* ou bots. Após os perfis aleatórios, Jair Bolsonaro e Hans River foram os mais mencionados como agressores, tendo ambos proferido 02 agressões à jornalista.

Dentro do recorte de relatos apresentado por Patrícia Campos Mello, a rede social que mais foi utilizada para atacá-la foi o *Facebook*, contabilizando 05 ataques. O Instagram apareceu como a segunda rede social mais usada, contabilizando 03 ataques. O terceiro lugar foi ocupado pelo Twitter que foi utilizado 02 vezes como meio de ataque. Dunker *et al* (2017) destaca que o uso das redes sociais como ferramenta de desinformação, como ocorreu ao atacarem a imagem de Patrícia, é uma ferramenta aproveitável da pós-verdade com o objetivo de prejudicar a imprensa e os profissionais dela.

Sobre os termos de sexualização, os ataques apresentaram um certo padrão para a escolha das palavras de ofensa. A sistematização feita na primeira parte da análise mostra que as palavras “sexo”, “furo” e “puta” – contando com as variações dessas palavras – foram as mais usadas para atacar a dignidade de Patrícia Campos Mello. A palavra “sexo” foi usada 07 vezes, enquanto a palavra “furo” foi usada 06 vezes e a palavra “puta” foi usada 04 vezes. Esse cenário mostra uma uniformidade no estilo dos ataques e como a agressão contra jornalistas brasileiras assume um padrão no funcionamento. A análise então revela que o uso da sexualidade como maneira de agredir e ofender as profissionais é um dos principais aspectos desse padrão, reforçando o objetivo de usar ataques à dignidade como ferramenta de opressão, intimidação e descredibilização contra as jornalistas e contra a imprensa. Esse contexto mostra que, tal como Veiga (2001) destaca, a sexualização é uma das principais formas de tentar intimidar mulheres e fazer com que as vozes delas sejam oprimidas perante às agressões.

A manipulação digital dos ataques foi usada em todos os ataques para sexualizar a imagem de Patrícia Campos Mello, buscando atacar a dignidade dela enquanto mulher e a credibilidade enquanto jornalista. Outro ponto importante para destacar é que todas as montagens usavam imagens de outras mulheres para sexualizar e acusar a jornalista de se vender sexualmente por dinheiro. Ao colocar esse contexto sob análise, pode-se concluir que a misoginia é usada e reforçada na internet para oprimir mulheres que, ao obterem destaque e relevância, desagradam determinados grupos. Tal como pontuava Christofolletti (2011), as *fake news*, nesse caso expressas pela manipulação digital, contribuem para assassinar a reputação da repórter ao desempenhar não apenas a função de desinformar, mas também de minarem a dignidade pessoal da profissional.

O último ponto da análise trata sobre a relação dos ataques com as *fake news*. A análise permitiu concluir que todos os ataques relatados no capítulo dois do livro foram baseados na mentira de Hans River, proferida durante a CPMI das *fake news*, de que Patrícia Campos Mello ofereceu sexo a ele para conseguir informações. Essa falsa acusação desencadeou, conforme a própria autora relata em “A Máquina do Ódio” (2020), uma onda massiva de violência digital que buscava desacreditar o trabalho dela e oprimi-la através de ataques à dignidade.

A respeito do capítulo dois de “A Máquina do Ódio” (2020), pode-se concluir que a autora dá ênfase especial sobre como as *fake news* atuam não somente para desinformar sobre um tema, mas também podem ser usadas estrategicamente para assassinar a reputação de uma pessoa. Para isso, Patrícia Campos Mello desenvolveu uma linha temporal em seu discurso que se inicia com o depoimento de Hans River na CPMI das *fake news* – na qual ele a acusou falsamente de oferecer sexo em troca de informações – e que se desdobra sobre como essa mentira desencadeou uma série de ataques baseados em desinformação.

A autora também mostrou como homens relevantes na política, sobretudo Jair Bolsonaro, reforçaram o discurso misógino e normalizaram a violência contra a mulher ao ofenderem a repórter com ataques sexualizados e baseados em mentiras. As ofensas, ao serem proferidas por indivíduos relevantes na política, têm sua quantidade e intensidade aumentadas devido ao poder de influência desses indivíduos. Dessa maneira, a parcela da sociedade que se identifica e apoia os princípios defendidos por determinados grupos políticos pode passar a considerar normal usar a violência como

ferramenta de opressão contra repórteres mulheres que, através das apurações, levantam debates críticos.

Por fim, Patrícia Campos Mello demonstrou que os grupos que a atacaram aproveitaram dos recursos da internet para atacá-la com mais facilidade. Ao se juntarem à onda de ataques, cada indivíduo sentia-se protegido pelo caráter coletivo e uniforme da violência contra a jornalista ao mesmo tempo que as redes sociais permitiam o contato direto com a repórter. Além disso, a possibilidade de criar contas *fakes* e o uso de robôs automatizados (bots) permitem que os agressores façam os ataques livremente, ao mesmo tempo em que continuam usando as redes sociais e permanecem com a identidade anônima e protegida.

TABELA DE RESUMO SOBRE OS RELATOS DE AGRESSÃO

Agressores mais mencionados	Internautas aleatórios (7x), Jair Bolsonaro (2x), Hans River (2x)
Redes sociais mais mencionadas	Facebook (5x), Instagram (3x), Twitter (2x)
Termo de sexualização mais usado	Sexo (7x), furo (6x), puta (4x)
Objetivo da manipulação digital	Sexualizar Patrícia Campos Mello
Uso de fake news	Em 100% dos casos

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal ponto deste trabalho é considerar que a violência contra jornalistas mulheres é, na verdade, o desdobramento de um machismo patriarcal que atravessa todas as relações existentes na sociedade. Indo além, a problemática não se desenvolve apenas sobre as jornalistas, mas sobre a comunidade geral que, gradualmente, vê seu direito de se informar – garantido na Constituição Federal – cada vez mais vulnerável à onda de violência e descredibilização da imprensa.

A violência digital contra jornalistas mulheres surge como uma ferramenta de opressão que põe em risco a integridade moral e física dessas profissionais. Ao mesmo tempo, a dinâmica do mundo virtual permite que os agressores se escondam sob o anonimato proporcionado pela internet e pela união de grupos que propulsionam essa violência.

Cabe destacar que a imagem dessas mulheres se torna alvo da violência. As relações de gênero são usadas como ferramenta de opressão ao atacarem questões da vida pessoal das jornalistas como estética, família, sexualidade, raça, etnia, entre outros. Tais agressões não usam a criticidade respeitosa voltada ao trabalho, mas sim ofensas que miram a opressão das profissionais e que deixam sequelas no âmbito pessoal e profissional dessas mulheres. Muitas delas, inclusive, passam por episódios de abalamento da saúde mental e de insegurança no trabalho a ponto de precisarem receber ajuda profissional para resgatarem a qualidade de vida.

Outro ponto de grande importância do trabalho foi a abordagem dos impactos das *fake news* e da pós-verdade em relação a violência contra jornalistas mulheres. A desinformação aliada aos ataques desempenha papel estratégico de opressão às jornalistas e de descredibilização da imprensa, fazendo com que a relação entre os veículos de comunicação e a sociedade seja abalada. Na atualidade, a possibilidade de cada internauta ser uma fonte sobre acontecimentos contribui para que a apuração jornalística tenha concorrentes que, mesmo sem os procedimentos adequados para colher informações, se tornam potenciais rivais em termos de popularidade.

O envolvimento de indivíduos que ocupam relevantes cargos políticos – como Jair Bolsonaro e Carlos Eduardo Bolsonaro – com a normalização, disseminação e intensificação da violência contra jornalistas mulheres também é uma das principais problemáticas acerca do tema. Após a análise do capítulo 02 de “A Máquina do Ódio” (2020), é possível concluir que quando pessoas com grande relevância política reforçam mentiras misóginas contra uma jornalista, elas assumem a responsabilidade de terem

promovido uma onda massiva de ataques contra a profissional e a chance de colocarem em risco a integridade física e moral dela. Essa situação se dá devido ao grande poder de influência que tais indivíduos concentram nos seus discursos, gerando uma reverberação entre seus apoiadores.

A análise realizada conclui que o ponto-chave do discurso de Patrícia Campos Mello no capítulo 02 de “A Máquina do Ódio” (2020) foi a abordagem do desencadeamento de ataques baseados em desinformação após a mentira contada por Hans River durante a CPMI das *fake news*. Os ataques digitais ocorreram através de redes sociais como o *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, principalmente após Bolsonaro dizer durante uma coletiva de imprensa que a repórter queria “dar o furo” a Hans River para conseguir informações.

Dessa maneira, este TCC abre espaço para trabalhos futuros abordarem questões que foram mencionadas, mas que podem ser desenvolvidas com mais profundidade, dentre elas os métodos que podem ser implementados nas redações para prestar apoio às jornalistas que sofreram violência digital e política, buscando amenizar as sequelas pessoais e profissionais causadas.

Outro ponto de grande importância comunitária que pode ser abordado é a necessidade de um desenvolvimento legislativo acerca da violência digital e a relação com o jornalismo, apontando discussões teóricas, aplicabilidades e consequências práticas. Por fim, espera-se que este trabalho atue como um esclarecedor à comunidade jornalística sobre como funciona a violência contra jornalistas, especialmente contra as profissionais mulheres, e as razões pelas quais essa problemática representa um risco a integridade das profissionais e até mesmo ao funcionamento da democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguiar, L. A. de, & Roxo, L. de A. (2019). A credibilidade jornalística como crítica à “cultura da desinformação”: Uma contribuição ao debate sobre fakenews. *Revista Mídia E Cotidiano*, 13(3), 162-186. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rmc.v13i3.38079>. Acesso em: 20 mai 2023.

ALSINA, Miguel Rodrigo. A construção da notícia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (ABRAJI). Violência de gênero contra jornalistas: dados sobre ataques com viés de gênero e casos que vitimaram mulheres no Brasil em 2021. ABRAJI, 2022. Disponível em: <https://abraji.org.br/publicacoes/relatorio-violencia-de-genero-contra-jornalistas>. Acesso em: 20 abr 2023.

Baldacci E., Buono D. & Gras, F. (2017). Fake News and Information Asymmetries: Data as Public Good.

BENBASAT, I.; GOLDSTEIN, D. K.; MEAD, M. The case research strategy in studies of information systems. *MIS Quarterly*, v. 11, n. 3, 1987.

BERTI, O., CARVALHO, S. Democracia e ética em tempos de fake news: o tuiteiro-presidente Jair Bolsonaro e as consequências para a socialização da informação no País, 2019.

BERTOLINI, J., SHUDSON. O contrato social da imprensa: por um Leviatã do jornalismo. *Rizoma*, Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 1, p. 208, agosto, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17058/rzm.v3i1.6673>. Acesso em 25 abr 2023.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Comunicação e política: um campo em estudos e seus desdobramentos no Brasil. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: HUCITEC, 2010. p. 7-24.

Bounegru, L., Gray, J., Venturini, T. & Mauri, M. (2017). A Field Guide to Fake news. Public ARTIGOS | 167 Data Lab. Retrieved from <http://fakenews.publicdatalab.org/>.

BOURDIEU, Pierre. On television. New York: The New Press, 1998.

Braga Kebian, G. Ela queria dar o furo: a violência digital contra mulheres jornalistas como estratégia de desinformação. Trabalho de Conclusão de Curso – Rio de Janeiro, 2022.

BRAMBILA, J.; HUGHES, S. Violence against journalists. In: Vos, T.; Hanusch, F. (Eds.) *The International Encyclopedia of Journalism Studies*. John Wiley & Sons, 2019.

CAMARGO, J. Na Mira do Mito. São Paulo: USP, 2022.

CAMPOS MELLO, P. A Máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

CAREY, J. The Dark Continent of American journalism. In: Manoff e Schudson (ed.). *Reading the News*. Nova York: Pantheon Books, 1986.

CASTELLS, Manuel. Ruptura: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência: Perspectivas antropológicas da mulher 4. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

CHEN, G.; PAIN, P.; CHEN, V.; MEKELBURG, M.; SPRINGER, N.; TROGER, F. 'You really have to have a thick skin'. *Journalism*, v. 21, n. 7, 2018, p. 877-895.

CHRISTOFOLETTI, R. O caso do brasil: Valores, códigos de ética e novos regramentos para o jornalismo nas redes sociais Cuadernos de Información, núm. 29, julio-diciembre, 2011, pp. 25-34 Pontificia Universidad Católica de Chile Santiago, Chile.

CHRISTOFOLETTI, R. Padrões de manipulação no jornalismo brasileiro: fake news e a crítica de Perseu Abramo 30 anos depois. *Rumores*, USP, Junho, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/144229>. Acesso em 03 mai 2023.

DUNKER, C et al. *Ética e pos-verdade*. Editora Dublinense, 2017.

ESPERDIÃO, M., KLEIM, L., TEIXEIRA P. Jornalistas mulheres são as maiores vítimas de ataques no ambiente digital. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, São Paulo, 07 dez. 2020.

FENAJ. Relatório 2018 – Violência contra jornalistas e liberdade de expressão no Brasil. Brasília: FENAJ, 2019. Disponível em: www.fenaj.org.br. Acesso em 7 abr 2023.

GALTUNG, J. e RUGE M. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Veja, 1994. pp- 61-73.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. 1987. Documento digitalizado, disponível em <http://www.adelmo.com.br/index3.htm>. Acesso em 5 mai 2023

GODINHO, R. M.; FERNANDES, N. (2019) A ética e a deontologia do jornalismo na era digital: a problemática da desinformação. *Aprender*, [S. l.], n. 39, p. 22–37, 2019. Disponível em: <http://aprender.esep.pt/index.php/aprender/article/view/64>. Acesso em: 20 abr. 2023.

GOMES, W., DOURADO T. (2019). Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. UFSC, 2019.

Guess, A., Nyhan, B., & Reifler, J. (2018). Selective Exposure to Misinformation: Evidence from the consumption of fake news during the 2016 US presidential campaign.

HALL, Stuart et. all. A produção social das notícias: o mugging nos media. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993. pp. 224-247.

HALLIN, Daniel. *The uncensored war*. Berkeley: University of California Press, 1986.

KESIĆ, Vesna. Muslim women, Croatian women Serbian women, Albanian women. *Eurozine*, 2003. Disponível em: <https://www.eurozine.com/muslim-women-croatian-women-serbian-women-albanian-women/?pdf=>. Acesso em 18 mai 2023.

KOIRALA, S. Female journalists' experience of online harassment: A case study of Nepal. *Media and Communication*, v. 8, n. 1, 2020, p. 47-56.

Lavarda, S., Sanchotene, C. & Silveira, A. (2016). Quando as notícias mais compartilhadas são falsas: a circulação de boatos durante a semana do Impeachment no Facebook. *Actas do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo (Brasil) (Setembro)*: 1-15.

LÉ, J. B.; ANECLETO, Úsula C.; RIBEIRO, A. E. Saindo das bolhas de pós-verdade: Ética da informação para fluência digital e combate às fake news. *Revista Linguagem em Foco*, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 29–48, 2022. DOI: 10.46230/2674-8266-14-9292. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/9292>. Acesso em: 22 abr 2023.

MANTILLA, K. *Gendertrolling. How misogyny went viral*. ABC-CLIO, LLC, California, EUA, 2015. Versão Kindle.

Martins, P. Entrevista realizada por e-mail pelos autores Godinho e Fernandes (2019) em 15/05/2019.

MEDITSCH, E. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: UFSC, 1992.

MELLO, Patrícia Campos. *Lua de Mel em Kobane*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Notícias do fantástico*. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2006. GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Newman, N. et al (2017). *Reuters Institute Digital News Report 2017*. Reuters Institute of the Study of Journalism.

OLIVEIRA, D. G. *Jornalismo para além do valor-notícia: o valor-convergente como modelo para selecionar e inserir temas sociais na mídia*. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa, MAROCCO, Beatriz (Org.). *A era glacial do jornalismo. Teorias sociais da imprensa*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PEROSA, Teresa. *O império da pós-verdade*. Época, 2017. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/mundo/noticia/2017/04/o-imperio-da-pos-verdade.html>. Acesso em: 22 abr 2023.

POSETTI, J; SHABBIR, N; MAYNARD, D; BONTCHEVA, K; ABOULEZ, N. *The Chilling: Global trends in online violence against women journalists*. Research discussion paper. Unesco, 2021. Disponível em <https://en.unesco.org/sites/default/files/the-chilling.pdf>. Acesso em 01 mai 2023.

POSSETI, Julie. *The new frontline: Female Journalists at the intersection of converging digital age threats*. Apresentação no evento 5th annual conference on the Safety of Journalists – Digital Safety November 6th, 7th and 8th 2019 Oslo Metropolitan University, 2019.

- RAMOS, D. O. Origens da misoginia online e violência digital contra jornalistas mulheres. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, XVIII, 2020, Anais. Evento Online, 2020, p. 1-14.
- RAO, S.; RODNY-GUMEDE, Y. Gazing past the glass ceiling. *Global Media and Communication*, 16(1), 1-18, 2020.
- RECUERO, R., GRUZD, A. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. Galaxia, São Paulo, 2019.
- REGO, R. Changing Forms and Platforms of Misogyny: Sexual Harassment of Women Journalists on Twitter. *Media Watch Journal*: v. 9, n. 3, p. 472-485, 2018.
- RIBEIRO, Manoel et al. “Everything I Disagree With is #FakeNews”: Correlating Political Polarization and Spread of Misinformation. The SAO/NASA Astrophysics Data System, 2017. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1706.05924>. Acesso em 22 mai 2023.
- RIOS, A.; BRONOSKI, M.. Violência contra jornalistas, uma ameaça à sociedade. *Mosaico*, v. 11, n. 17, 2019.
- SANTAELLA, Lúcia. A pós-verdade é verdadeira ou falsa? Barueri-SP: Estação das Letras e Cores, 2019.
- TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2004.
- WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa: Editorial Presença, 2003.